O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	**SONAE SIERRA BRASIL S.A.**	**05.878.397/0001-32**
4 - NIRE		
35.300.358.325		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1184-13º andar				Vila Olímpia
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
04548-004	São Paulo			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
011	3371-3666	-	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
011	3845-4522	-	-	
15 - E-MAIL				
ribrasil@sonaesierra.com				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Carlos Alberto Correa				
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1184-13º andar				Vl Olimpia
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
04548-004	São Paulo			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
11	3371-4188	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
11	3849-5425	-	-	
16 - E-MAIL				
ribrasil@sonaesierra.com				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	1	01/01/2010	31/03/2010	3	01/10/2009	31/12/2009

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	00385-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Iara Pasian	011.207.508-81

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	529.404	528.673	483.822
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	529.404	528.673	483.822
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estrangeira Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3110 - Emp. Adm. Part. - Const. Civil, Mat. Const. e Decoração
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em shopping centers.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
05/05/2011	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	1.244.590	1.225.888
1.01	Ativo Circulante	48.449	67.241
1.01.01	Disponibilidades	48.247	67.060
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	48.247	67.060
1.01.02	Créditos	191	170
1.01.02.01	Clientes	0	13
1.01.02.02	Créditos Diversos	191	157
1.01.02.02.01	Impostos a Recuperar	191	157
1.01.02.02.02	Adiantamentos a Fornecedores	0	0
1.01.02.02.03	Imp. de Renda e Contr. Social Diferidos	0	0
1.01.02.02.04	Despesas Antecipadas	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	11	11
1.01.04.01	Outros Créditos	11	11
1.02	Ativo Não Circulante	1.196.141	1.158.647
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.663	4.224
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.888	1.413
1.02.01.01.01	Clientes	0	0
1.02.01.01.02	Empréstimos aos Condomínios	0	0
1.02.01.01.03	Imp. de Renda e Contr. Social Diferidos	455	0
1.02.01.01.04	Bens Destinados à Venda	0	0
1.02.01.01.05	Partes Relacionadas	0	0
1.02.01.01.06	Depósitos judiciais	1.433	1.413
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	21.775	2.811
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	21.775	2.811
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.01.03.01	Outros Créditos	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.172.478	1.154.423
1.02.02.01	Investimentos	1.172.477	1.154.422
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.172.477	1.154.422
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1	1
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	1.244.590	1.225.888
2.01	Passivo Circulante	83.343	86.158
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	16	61
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	9	45
2.01.04.01	Impostos e taxas a recolher	9	45
2.01.04.02	IR e CS diferidos	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	6.239	6.239
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.06.01	Pessoal, Encargos e Benef. Soc. e Prêmio	0	0
2.01.06.02	Estrutura Técnica	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	76.978	79.470
2.01.07.01	Partes Relacionadas	76.978	79.470
2.01.08	Outros	101	343
2.01.08.01	Outras Obrigações	101	343
2.02	Passivo Não Circulante	5.466	5.256
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.466	5.256
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	5.466	5.256
2.02.01.03.01	Estrutura Técnica	0	0
2.02.01.03.02	Provisão p/ riscos cíveis, trib. e trab.	1.433	1.413
2.02.01.03.03	Provisão para Perdas de Investimento	2.871	3.843
2.02.01.03.04	Imposto de Renda e Contrib. Social Difer	1.162	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.155.781	1.134.474
2.05.01	Capital Social Realizado	530.516	529.784
2.05.02	Reservas de Capital	91.869	90.817
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	512.089	512.089
2.05.04.01	Legal	2.503	2.503
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	509.586	509.586

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.307	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	1.784

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2	2	53	53
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1)	(1)	(7)	(7)
3.02.01	Impostos sobre Aluguéis e Serviços	(1)	(1)	(7)	(7)
3.02.02	Descontos e Cancelamentos	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1	1	46	46
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.04.01	Custo de Alugueis e Serv. Prestados	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	1	1	46	46
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	22.013	22.013	9.003	9.003
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(611)	(611)	(75)	(75)
3.06.03	Financeiras	3.597	3.597	(42)	(42)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	4.574	4.574	38	38
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(977)	(977)	(80)	(80)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	(99)	(99)
3.06.05.01	Despesas Tributárias	0	0	(99)	(99)
3.06.05.02	Amorizações de Agio	0	0	0	0
3.06.05.04	Outras Despesas	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	19.027	19.027	9.219	9.219
3.07	Resultado Operacional	22.014	22.014	9.049	9.049
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	22.014	22.014	9.049	9.049
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	(707)	(707)	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	21.307	21.307	9.049	9.049
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	529.404	529.404	483.822	483.822
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,04025	0,04025	0,01870	0,01870
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	152	152	(233)	(233)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	515	515	(170)	(170)
4.01.01.01	Lucro LIquido do Periodo	21.307	21.307	9.049	9.049
4.01.01.02	Depreciações e Amortizações	0	0	0	0
4.01.01.03	Amortização do Agio	0	0	0	0
4.01.01.04	Custo Residual dos Ativos Imob. Baixados	0	0	0	0
4.01.01.05	Custo residual de Terreno Alienado	0	0	0	0
4.01.01.06	Provisão para Creditos de Liq. Duvidosa	0	0	0	0
4.01.01.07	Provisão para Contingência	20	20	0	0
4.01.01.08	IR e Contribuição Social Diferidos	707	707	0	0
4.01.01.09	Encargos Financeiros	(2.492)	(2.492)	0	0
4.01.01.10	Paritícpação Minoritários	0	0	0	0
4.01.01.11	Equivalência Patrimonial	(19.027)	(19.027)	(9.219)	(9.219)
4.01.01.12	Variações Monetárias Cambiais	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(363)	(363)	(72)	(72)
4.01.02.01	Contas a Receber	13	13	(35)	(35)
4.01.02.02	Emprestimos a Condominios	0	0	0	0
4.01.02.03	Impostos a Recuperar	(34)	(34)	(39)	(39)
4.01.02.04	Adiantamento a Fornecedores	0	0	0	0
4.01.02.05	Depositos Judiciais	(20)	(20)	0	0
4.01.02.06	Pessoal Encargos e Beneficios Sociais	0	0	0	0
4.01.02.07	Fornecedores Nacionais	(45)	(45)	15	15
4.01.02.08	Impostos a Recolher	(36)	(36)	4	4
4.01.02.09	Estrutura Tecnica	0	0	0	0
4.01.02.10	Outras Obrigações	(241)	(241)	(17)	(17)
4.01.03	Outros	0	0	9	9
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	0	(19.649)	(19.649)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2010 a 31/03/2010	4 -01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/200901/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/200901/01/2009 a 31/03/2009
4.02.01	Aquisição de Imobilizado	0	0	1	1
4.02.02	Aumento de Intangivel	0	0	0	0
4.02.03	Aumento de Diferido	0	0	0	0
4.02.04	Rec.Venda Terreno e outros Imobilizados	0	0	0	0
4.02.05	Aquisição de Investimentos	0	0	(19.700)	(19.700)
4.02.06	Dividendos Recebidos	0	0	50	50
4.02.07	Rendimentos Distribuidos	0	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(18.965)	(18.965)	19.772	19.772
4.03.01	Aumentos de Capital	0	0	19.789	19.789
4.03.02	Emprest. e Financ. Pagos - Principal	0	0	(17)	(17)
4.03.03	Juros s. Emprest. e Financ. Pagos	0	0	0	0
4.03.04	Dividendos Pagos	0	0	0	0
4.03.05	Partes Relacionadas	(18.965)	(18.965)	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(18.813)	(18.813)	(110)	(110)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	67.060	67.060	225	225
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.247	48.247	115	115

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	529.784	90.817	0	512.089	0	0	1.132.690
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	529.784	90.817	0	512.089	0	0	1.132.690
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	21.307	0	21.307
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	732	1.052	0	0	0	0	1.784
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	530.516	91.869	0	512.089	21.307	0	1.155.781

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	529.784	90.817	0	512.089	0	0	1.132.690
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	529.784	90.817	0	512.089	0	0	1.132.690
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	21.307	0	21.307
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	732	1.052	0	0	0	0	1.784
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	530.516	91.869	0	512.089	21.307	0	1.155.781

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	2.078.498	2.055.184
1.01	Ativo Circulante	101.179	115.145
1.01.01	Disponibilidades	71.119	86.252
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de Caixa	71.119	86.252
1.01.02	Créditos	26.160	25.754
1.01.02.01	Clientes	16.362	18.003
1.01.02.02	Créditos Diversos	9.798	7.751
1.01.02.02.01	Impostos a Recuperar	9.202	7.367
1.01.02.02.02	Adiantamento a Fornecedores	182	188
1.01.02.02.03	Imp. de Renda e Contr. Social Diferidos	0	0
1.01.02.02.04	Despesas Antecipadas	414	196
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	3.900	3.139
1.01.04.01	Outros Créditos	3.900	3.139
1.02	Ativo Não Circulante	1.977.319	1.940.039
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	32.321	30.223
1.02.01.01	Créditos Diversos	30.030	28.584
1.02.01.01.01	Clientes	9.208	8.011
1.02.01.01.02	Empréstimos aos Condomínios	259	449
1.02.01.01.03	Imp. de Renda e Contr. Social Diferidos	17.492	16.829
1.02.01.01.04	Bens Destinados à Venda	0	0
1.02.01.01.05	Aplicações Financeiras Vinculadas	0	418
1.02.01.01.06	Depósitos Judiciais	3.071	2.877
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	317	76
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	317	76
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	1.974	1.563
1.02.01.03.01	Outros Créditos	1.974	1.563
1.02.02	Ativo Permanente	1.944.998	1.909.816
1.02.02.01	Investimentos	1.941.430	1.906.049
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	17.676	16.874
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.01.06	Propriedades para Investimento	1.923.754	1.889.175
1.02.02.02	Imobilizado	3.292	3.468
1.02.02.03	Intangível	276	299
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	2.078.498	2.055.184
2.01	Passivo Circulante	180.148	194.696
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	55.648	65.763
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	12.470	10.791
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.882	4.472
2.01.04.01	Impostos e Taxas a Recolher	3.882	4.472
2.01.04.02	IR e CS diferidos	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	6.239	6.239
2.01.06	Provisões	11.096	13.023
2.01.06.01	Pessoal, Encargos e Benef. Soc. e Prêmio	5.646	7.661
2.01.06.02	Estrutura Técnica	5.450	5.362
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	81.609	85.281
2.01.07.01	Partes Relacionadas	81.609	85.281
2.01.08	Outros	9.204	9.127
2.01.08.01	Outras Obrigações	9.204	9.127
2.02	Passivo Não Circulante	377.790	368.079
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	377.790	368.079
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	119.106	117.725
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	258.684	250.354
2.02.01.03.01	Estrutura Técnica	7.463	7.170
2.02.01.03.02	Provisão p/ riscos cíveis, trib. e trab.	12.000	12.368
2.02.01.03.03	Provisão para Perdas de Investimento	0	0
2.02.01.03.04	Provisão para remuneração Variavel	1.136	1.005
2.02.01.03.05	Imposto de Renda e Contrib. Social Difer	238.085	229.811
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.04.01	Minoritários	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	364.779	357.935
2.05	Patrimônio Líquido	1.155.781	1.134.474
2.05.01	Capital Social Realizado	530.516	529.784
2.05.02	Reservas de Capital	91.869	90.817
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	512.089	512.089
2.05.04.01	Legal	2.503	2.503
2.05.04.02	Estatutária	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	509.586	509.586
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.307	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	1.784

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	46.294	46.294	32.919	32.919
3.02	Deduções da Receita Bruta	(4.032)	(4.032)	(3.025)	(3.025)
3.02.01	Impostos sobre Aluguéis e Serviços	(2.864)	(2.864)	(1.889)	(1.889)
3.02.02	Descontos e Cancelamentos	(1.168)	(1.168)	(1.136)	(1.136)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	42.262	42.262	29.894	29.894
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(8.037)	(8.037)	(7.081)	(7.081)
3.04.01	Custo dos Alugueis e dos Serv. Prestados	(8.037)	(8.037)	(7.081)	(7.081)
3.05	Resultado Bruto	34.225	34.225	22.813	22.813
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	12.052	12.052	(1.010)	(1.010)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(2.957)	(2.957)	(1.652)	(1.652)
3.06.03	Financeiras	(365)	(365)	(221)	(221)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	5.485	5.485	852	852
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(5.850)	(5.850)	(1.073)	(1.073)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	14.965	14.965	1.219	1.219
3.06.04.01	Variação de valor justo prop.invest.	14.542	14.542	1.208	1.208
3.06.04.02	Outras	423	423	11	11
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(394)	(394)	(1.013)	(1.013)
3.06.05.01	Despesas Tributarias	(394)	(394)	(1.013)	(1.013)
3.06.05.02	Depreciações e Amortizações	0	0	0	0
3.06.05.03	Amortizações de Ágio	0	0	0	0
3.06.05.04	Outras Despesas	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	803	803	657	657
3.07	Resultado Operacional	46.277	46.277	21.803	21.803
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	46.277	46.277	21.803	21.803
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.851)	(1.851)	(2.002)	(2.002)
3.11	IR Diferido	(7.611)	(7.611)	(1.737)	(1.737)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(15.508)	(15.508)	(9.015)	(9.015)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	21.307	21.307	9.049	9.049
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	529.404	529.404	483.822	483.822
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,04025	0,04025	0,01870	0,01870
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.365	17.365	5.154	5.154
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	29.738	29.738	17.883	17.883
4.01.01.01	Lucro Liquido do Exercicio	36.815	36.815	18.064	18.064
4.01.01.02	Depreciações e Amortizações	275	275	268	268
4.01.01.03	Amortização do Agio	0	0	0	0
4.01.01.04	Custo Residual dos Ativos Imob. Baixados	(59)	(59)	151	151
4.01.01.05	Custo Residual de Terreno Alienado	0	0	0	0
4.01.01.06	Provisão para Credios de Liq. Duvidosa	(382)	(382)	(508)	(508)
4.01.01.07	Provisão para Contingência	(368)	(368)	251	251
4.01.01.08	IR e Contribuição Social Diferidos	7.611	7.611	1.737	1.737
4.01.01.09	Encargos Financeiros	4.467	4.467	919	919
4.01.01.10	Paritcipação Minoritários	0	0	0	0
4.01.01.11	Equivalência Patrimonial	(803)	(803)	(657)	(657)
4.01.01.12	Variação Monetaria Sobre Ativos	0	0	0	0
4.01.01.13	Variação Monetaria e Cambiais	0	0	0	0
4.01.01.14	Receita de Aluguel a Faturar	(1.401)	(1.401)	(1.370)	(1.370)
4.01.01.15	Provisão para Remuneração Variável	332	332	247	247
4.01.01.16	Juros, variações cambiais mútuos	(2.207)	(2.207)	(11)	(11)
4.01.01.17	Variação Propriedades de Investimentos	(14.542)	(14.542)	(1.208)	(1.208)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(11.201)	(11.201)	(7.142)	(7.142)
4.01.02.01	Contas a Receber	2.227	2.227	(995)	(995)
4.01.02.02	Emprestimos a Condominios	190	190	92	92
4.01.02.03	Impostos a Recuperar	(1.835)	(1.835)	(1.496)	(1.496)
4.01.02.04	Adiantamento a Fornecedores	6	6	(196)	(196)
4.01.02.05	Depositos Judiciais	(194)	(194)	(7)	(7)
4.01.02.06	Pessoal Encargos e Beneficios Socias	(2.216)	(2.216)	(414)	(414)
4.01.02.07	Fornecedores Nacionais	(535)	(535)	212	212

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2010 a 31/03/2010	4 -01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/200901/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/200901/01/2009 a 31/03/2009
4.01.02.08	Impostos a Recolher	(590)	(590)	(470)	(470)
4.01.02.09	Estrutura Tecnica	382	382	2.682	2.682
4.01.02.10	Outras Obrigações	77	77	(540)	(540)
4.01.02.11	Despesas Antecipadas	(218)	(218)	(3.947)	(3.947)
4.01.02.12	Aplicações Financeiras Vinculadas	418	418	0	0
4.01.02.13	Juros pagos	(8.913)	(8.913)	(2.063)	(2.063)
4.01.03	Outros	(1.172)	(1.172)	(5.587)	(5.587)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(18.028)	(18.028)	(55.655)	(55.655)
4.02.01	Aquisição de Imobilizado	(205)	(205)	(347)	(347)
4.02.02	Aumento de Intangivel	0	0	(2)	(2)
4.02.03	Aumento de Diferido	0	0	0	0
4.02.04	Rec. Venda Terreno e Outros Imobilizados	0	0	0	0
4.02.05	Aquisição de Propr. para Investimentos	(17.823)	(17.823)	(55.306)	(55.306)
4.02.06	Dividendos Recebidos	0	0	0	0
4.02.07	Rendimentos Distribuidos	0	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(14.470)	(14.470)	46.362	46.362
4.03.01	Aumento de Capital	0	0	19.789	19.789
4.03.02	Emprest. e Financ. Pagos - Principal	(4.500)	(4.500)	(28.831)	(28.831)
4.03.03	Juros s. Emprest. e Financ. Pagos	0	0	0	0
4.03.04	Dividendos Pagos	0	0	0	0
4.03.05	Partes Relacionadas	(391)	(391)	(435)	(435)
4.03.06	Captação de Emprest. e Financiamentos	0	0	60.983	60.983
4.03.07	Rendimentos Distribuidos	(9.579)	(9.579)	(5.144)	(5.144)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(15.133)	(15.133)	(4.139)	(4.139)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	86.252	86.252	27.442	27.442
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.119	71.119	23.303	23.303

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2010 a 31/03/2010	4 -01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/200901/01/2006	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009	a 31/03/200901/01/20

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	529.784	90.817	0	512.089	0	0	1.132.690
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	529.784	90.817	0	512.089	0	0	1.132.690
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	21.307	0	21.307
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	732	1.052	0	0	0	0	1.784
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	530.516	91.869	0	512.089	21.307	0	1.155.781

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	529.784	90.817	0	512.089	0	0	1.132.690
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	529.784	90.817	0	512.089	0	0	1.132.690
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	21.307	0	21.307
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	732	1.052	0	0	0	0	1.784
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	530.516	91.869	0	512.089	21.307	0	1.155.781

SONAE SIERRA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIA, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sonae Sierra Brasil S.A. ("Companhia") foi constituída em 18 de junho de 2003 com os seguintes principais objetivos: (a) a realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em shopping centers e atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras companhias empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou por meio de controladas e coligadas.

As controladas diretas e indiretas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

a) Sierra Investimentos Brasil Ltda. ("Sierra Investimentos") - tem como principais objetivos: (a) a realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em shopping centers e atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos; e (c) a participação em outras empresas. Em 31 de março de 2010, a empresa é controladora da Sierra Enplanta Ltda., Pátio Boavista Shopping Ltda., Pátio Penha Shopping Ltda., Pátio São Bernardo Shopping Ltda., Pátio Sertório Shopping Ltda., Pátio Uberlândia Shopping Ltda., Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque D. Pedro, Fundo de Investimento Imobiliário - FII Parque Dom Pedro Shopping Center, Pátio Londrina Empreendimentos e Participações Ltda. e Pátio Goiânia Shopping Ltda.

   (i) Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque D. Pedro ("Fundo de Investimento Imobiliário I") - tem por objetivo realizar investimentos imobiliários de longo prazo, objetivando, fundamentalmente, auferir receitas por meio de locação e arrendamento de imóveis integrantes do seu patrimônio imobiliário. Em 31 de março de 2010, o Fundo de Investimento Imobiliário I detém domínio fiduciário correspondente a 85% da fração ideal representativa do Shopping Parque D. Pedro.

(ii) Fundo de Investimento Imobiliário - FII Parque Dom Pedro Shopping Center ("Fundo de Investimento Imobiliário II") - tem por objetivo realizar investimentos imobiliários de longo prazo, objetivando, fundamentalmente, auferir receitas por meio de locação e arrendamento de imóveis integrantes do seu patrimônio imobiliário. Constituído em 30 de junho de 2009 mediante a cisão parcial das operações do Fundo de Investimento Imobiliário I, o Fundo de Investimento Imobiliário II detém 15% da fração ideal representativa do Shopping Parque D. Pedro.

(iii) Sierra Enplanta Ltda. ("Sierra Enplanta") - tem como principais objetivos: (a) a realização de investimentos na área imobiliária, nomeadamente em shopping centers e atividades correlatas; e (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos.

(iv) Pátio Boavista Shopping Ltda. ("Pátio Boavista") - tem como principais objetivos: (a) a realização de investimentos na área imobiliária, nomeadamente em shopping centers e atividades correlatas; e (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos.

(v) Pátio Penha Shopping Ltda. ("Pátio Penha") - tem por objetivos: (a) a realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em shopping centers e atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; e (b) a intermediação de negócios.

(vi) Pátio São Bernardo Shopping Ltda. ("Pátio São Bernardo") - tem por objetivos: (a) a realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em shopping centers e atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; e (b) a intermediação de negócios.

(vii) Pátio Sertório Shopping Ltda. ("Pátio Sertório") - tem por objetivos: (a) a realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em shopping centers e atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; e (b) a intermediação de negócios.

(viii) Pátio Uberlândia Shopping Ltda. ("Pátio Uberlândia") - tem por objetivos: (a) a prestação de serviços, o planejamento, o desenvolvimento e a implantação de projetos imobiliários como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; e (b) a intermediação de negócios e estudos

de mercado, podendo participar em outras companhias como sócia ou acionista.

(ix) Pátio Londrina Empreendimentos e Participações Ltda. ("Pátio Londrina") - tem por objetivos: (a) a prestação de serviços, o planejamento, o desenvolvimento e a implantação de projetos imobiliários como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; e (b) a intermediação de negócios e estudos de mercado, podendo participar em outras companhias como sócia ou acionista.

(x) Pátio Goiânia Shopping Ltda. ("Pátio Goiânia") - tem por objetivos: (a) a prestação de serviços, o planejamento, o desenvolvimento e a implantação de projetos imobiliários como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; e (b) a intermediação de negócios e estudos de mercado, podendo participar em outras companhias como sócia ou acionista.

b) Unishopping Administradora Ltda. ("Unishopping Administradora") - tem por objetivos a prestação de serviços de planejamento, instalação, desenvolvimento e administração de shopping centers, arrendamento, exploração e administração de áreas para estacionamento de veículos, administração de imóveis e serviços conexos. Em 31 de março de 2010, além de administrar os empreendimentos em que o Grupo tem participação, a Unishopping Administradora é controladora da Unishopping Consultoria Imobiliária Ltda.

c) Unishopping Consultoria Imobiliária Ltda. ("Unishopping Consultoria") - tem por objetivos a prestação de serviços de planejamento, instalação, desenvolvimento e administração de shopping centers, arrendamento, exploração e administração de áreas para estacionamento de veículos, administração de imóveis e serviços conexos. Em 31 de março de 2010, a Unishopping Consultoria é responsável por comercializar lojas de empreendimentos em que o Grupo tem participação.

Em 31 de março de 2010 e de 2009 e 31 de dezembro de 2009, as controladas e coligadas da Companhia possuíam as seguintes participações em shopping centers:

		Fração ideal - %		
Empreendedor	Shopping center	31/03/10	31/12/09	31/03/09
Fundos de Investimento Imobiliário I e II (ii)	Shopping Parque D. Pedro	100,00	100,00	100,00
Pátio Penha	Shopping Center Penha	73,18	73,18	73,18
Pátio Boavista	Shopping Center Metrópole	100,00	100,00	83,00
Pátio Boavista	Boavista Shopping	100,00	100,00	100,00
Sierra Enplanta	Tivoli Shopping	30,00	30,00	30,00
Sierra Enplanta	Pátio Brasil Shopping	10,42	10,42	10,42
Sierra Enplanta	Franca Shopping	67,42	67,42	64,50
Pátio São Bernardo	Shopping Plaza Sul	30,00	30,00	30,00
Campo Limpo	Shopping Campo Limpo	20,00	20,00	20,00
Pátio Sertório	Shopping Manauara	100,00	100,00	100,00
Pátio Londrina	Boulevard Londrina (i)	84,48	84,48	84,48
Pátio Uberlândia	Uberlândia Shopping (i)	100,00	100,00	100,00
Pátio Goiânia	Goiânia Shopping (i)	100,00	100,00	100,00

(i) Empreendimento em fase de implantação.

(ii) Em 30 de junho de 2009, o Fundo de Investimento Imobiliário I teve seu patrimônio líquido parcialmente cindido à razão de 15% e, simultaneamente, foi constituído um novo fundo de investimento com base na parcela cindida. Em julho e dezembro de 2009, foram vendidos 10,53% e 12,61%, respectivamente, da participação no empreendimento a terceiros.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standard Board - IASB" e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações contábeis individuais preparadas de acordo com o CPC 21, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de propriedades para investimentos e de determinados instrumentos financeiros contra o resultado do exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A CVM, durante os anos 2009 e 2010, aprovou diversos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2010, retroativa a 1° de janeiro de 2009 (data de transição), para fins de comparação. As informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2010 estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM n° 603/09 (alterada pela Deliberação CVM n° 656/11) e contemplam a adoção desses normativos, e as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e balanços de abertura levantados em 1º de janeiro de 2009 foram ajustados e reclassificados, a fim de considerar a aplicação desses normativos e tornar as informações financeiras comparativas entre os trimestres divulgados. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº4.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo grupo é como segue:

2.3. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em sociedades em que a Administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte do mesmo grupo que estejam sob controle comum, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 9).

2.4. Bases de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, sendo as principais descritas nos itens anteriores e incluem as informações trimestrais da Companhia e de suas controladas mencionadas a seguir. Na preparação das informações trimestrais consolidadas, os saldos entre as empresas foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Companhia nas controladas. A participação dos acionistas não controladores foi destacada. Os patrimônios líquidos e resultados da controladora e do consolidado não diferem em virtude da inexistência de resultados não realizados.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de março de 2010 e de 2009 e 31 de dezembro de 2009, as empresas consolidadas são as seguintes:

	Participação no capital - %		
	31/03/10	31/12/09	31/03/09
Controladas diretas:			
Sierra Investimentos Brasil Ltda.	99,99	99,99	99,99
Unishopping Administradora Ltda.	99,99	99,99	99,99
Controladas indiretas:			
Unishopping Administradora Ltda.	100,00	100,00	100,00
Fundos de Investimento Imobiliário I e II	51,00	51,00	51,00
Unishopping Consultoria Imobiliária Ltda.	99,99	99,99	99,99
Sierra Enplanta Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Boavista Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Penha Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio São Bernardo Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Sertório Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Uberlândia Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Londrina Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Goiânia Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Coligada não consolidada-			
Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda.	20,00	20,00	20,00

2.5. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

2.6. Moeda funcional e de apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As informações trimestrais da Companhia e de suas controladas foram elaboradas tendo como moeda funcional e de apresentação o real (R$).

2.7. Moeda estrangeira

Na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por contas bancárias disponíveis. As aplicações financeiras são investimentos com prazo de resgate inferior a 90 dias, constituídos de títulos de alta liquidez conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os saldos de aplicações financeiras estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

2.9. Aplicações financeiras vinculadas

Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía aplicações financeiras em Letra Financeira do Tesouro - LFT vinculadas a compromissos assumidos com o Banco Ourinvest S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 29. Os saldos de aplicações financeiras estavam demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

2.10. Instrumentos financeiros

2.10.1. <u>Reconhecimento e mensuração</u>

As operações com instrumentos financeiros são reconhecidas inicialmente pelo valor de custo de aquisição na data em que são contratadas e remensuradas, subsequentemente, pelo valor justo, cujas variações são registradas no resultado do exercício. A Administração da Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem um maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam, no mínimo possível, com informações geradas pela Administração da Companhia. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos contratados.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.10.2. Classificação

Conforme IAS 39, os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados nas seguintes categorias:

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado: ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.

b) Empréstimos e recebíveis: instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de elaboração das informações trimestrais, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia correspondem aos empréstimos a coligada e controladas, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

2.11. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que a Companhia e as controladas utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda do valor recuperável de um ativo financeiro incluem:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor.

- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal.

- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira.

- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.12. Contas a receber

Registradas primeiramente pelos valores faturados com base nos contratos de aluguéis e de serviços prestados, ajustadas pelos efeitos decorrentes do reconhecimento de receita de aluguéis de forma linear apurada de acordo com o prazo previsto nos contratos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: provisão de 100% para os saldos de clientes com dívidas vencidas há mais de 120 dias.

Os saldos vencidos e renegociados são registrados pelos valores da renegociação, incluindo principal acrescido de encargos financeiros a serem cobrados de acordo com o novo prazo de recebimento. Simultaneamente, é registrada provisão adicional sobre os encargos financeiros incorridos e incluídos nas renegociações. Essa provisão é mantida até o efetivo recebimento das parcelas renegociadas.

As contas a receber não são ajustadas ao valor presente por não apresentarem efeito relevante nas informações trimestrais.

2.13. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 10, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens.

Os valores residuais e a vida-útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, caso apropriado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.14. Propriedades para investimento

Representadas por terrenos e edifícios em shopping centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 11.

As propriedades para investimento em operação são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício no qual as mudanças ocorreram, especificamente em conta destacada no grupo "Receitas (despesas) operacionais". As avaliações foram efetuadas por especialistas independentes externos utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado. Trimestralmente, são feitas revisões para avaliar mudanças nos saldos reconhecidos.

As propriedades para investimento em construção são reconhecidas pelo custo, incluindo os encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção até o momento em que entrem em operação ou quando a Companhia consiga mensurar com confiabilidade o valor justo do ativo.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

2.15. Intangível - consolidado

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.16. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Os bens do imobilizado, do intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados periodicamente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, nesse caso definido pelo valor em uso do ativo, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, essa perda é reconhecida no resultado do período.

2.17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º. de janeiro de 2009, as principais provisões constituídas pela Companhia e pelas controladas são:

2.18.1. <u>Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários</u>

Constituída para as causas cujas probabilidades de perda são avaliadas como prováveis pelos assessores legais e pela Administração da Companhia e de suas controladas, considerando a natureza dos processos e a experiência dos assessores legais e da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

2.18.2. Provisão para remuneração variável

Constituída para cobrir os valores de bônus por desempenho atribuídos a alguns diretores da Companhia, os quais só são pagos três anos após a sua atribuição e desde que nessa data esses diretores estejam ainda trabalhando para a Companhia e suas controladas. Esses bônus são ajustados até a data do correspondente pagamento, de acordo com a variação anual do valor de mercado da Companhia e são reconhecidos de forma linear no resultado do exercício, ao longo de três anos (entre o ano da atribuição e o ano do pagamento), pelo montante bruto atribuído a esses diretores. O eventual ajuste posterior decorrente da variação do valor de mercado é registrado no resultado do período, quando incorrido.

2.19. Reconhecimento de receitas

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o regime de competência. A receita de aluguéis é reconhecida de forma linear com base no prazo dos contratos de acordo com o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, levando em consideração o reajuste contratual e a cobrança de 13º aluguel, sendo a receita de serviços reconhecida quando da efetiva prestação de serviços. As receitas de cessões de direitos a lojistas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo do primeiro contrato de aluguel.

As receitas derivam principalmente das seguintes atividades:

a) Aluguel

Refere-se à locação de espaço a lojistas e outros espaços comerciais como “stands” de venda. Inclui locação de espaços comerciais para publicidade e promoção. O aluguel de lojas a lojistas de shopping centers corresponde ao maior percentual das receitas da Companhia e de suas controladas.

b) Estacionamento

Refere-se à receita com a exploração de estacionamentos.

c) Serviços

Referem-se à prestação de serviços de administração de bens e imóveis para os lojistas e proprietários de shopping centers e serviços de corretagem.

A Companhia recebe taxas de administração dos lojistas pela Administração das áreas comuns do shopping.

Os serviços de corretagem incluem a comercialização de espaços vagos e a identificação e o desenvolvimento de relacionamentos com lojistas em potencial, tais como cadeias de lojas, em cada caso, com o objetivo de minimizar o nível de vacância dos shopping centers. As taxas de administração são calculadas como um percentual do valor do aluguel cobrado com um locatário em potencial.

d) Taxa de cessão de direitos de utilização de espaço imobiliário (estrutura técnica)

Refere-se às taxas de cessão dos novos lojistas em contraprestação às vantagens e aos benefícios obtidos pelos lojistas em decorrência do direito de coparticipação na infraestrutura oferecida pelos shopping centers, quando do lançamento de novos empreendimentos, da expansão de empreendimentos existentes ou do término do aluguel da loja.

O valor pago pelos novos lojistas é negociado com base no valor de mercado dos espaços alugados. Os novos lojistas geralmente pagam uma taxa maior pelas lojas com maior visibilidade e exposição nas áreas de maior circulação do shopping center.

e) Taxas de transferência de locatário

Receitas provenientes das taxas pagas mediante a transferência de aluguel de um locatário para outro, em geral calculadas como um percentual do valor envolvido na transferência.

2.20. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Os resultados do Fundo de Investimento Imobiliário I e II estão sujeitos à tributação nas empresas cotistas.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da adoção das IFRSs, foram registrados nas informações trimestrais da Companhia e de suas controladas.

No caso específico da variação do valor justo das propriedades para investimento, independentemente do regime de tributação utilizado pelas empresas controladas e coligada, foi constituído imposto diferido (passivo) utilizando a alíquota de 34% sobre essas variações, exceto para a propriedade incluída do Fundo de Investimento Imobiliário I e II, isenta de tributação, considerando como premissa que essas propriedades podem ser vendidas com apuração de ganho de capital.

2.21. Lucro líquido por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação (IAS 33).

2.22. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, alterações e interpretações de normas, que afetam a Companhia, relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para exercícios subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações por parte da Companhia.

a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado no fim dos exercícios contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo no fim dos exercícios contábeis subsequentes.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39/CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2013.

A Administração da Companhia e de suas controladas não estimaram os efeitos da adoção da IFRS 9.

b) IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

Em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - "Income Taxes" denominada "Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets". A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - "Investment Property", pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda. A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - "Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets" não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida. A Companhia já registra os impostos diferidos utilizando essa premissa e não prevê impactos significativos para o exercício de 2011.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e das controladas, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, descrevemos os principais julgamentos e estimativas contábeis que a Administração da Companhia entende como críticos na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas:

a) Valor das propriedades para investimentos: O valor justo das propriedades para investimento é determinado mediante avaliação do fluxo de caixa a valor presente de cada propriedade, avaliados por especialistas externos. A Administração da Companhia usa o seu julgamento para escolher o método e definir as premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes nas datas dos balanços.

b) Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários: Conforme descrito na nota explicativa nº 2.18.1, a provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários é constituída para as causas cujas probabilidades de perda são avaliadas como prováveis pelos assessores legais e pela Administração da Companhia e de suas controladas, considerando a natureza dos processos e a experiência dos assessores legais e da Administração da Companhia em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

c) Projeções preparadas para a realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia, com base em análises relativas às projeções operacionais plurianuais, reconheceu contabilmente créditos tributários relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, bem como sobre as diferenças temporárias.

   A manutenção dos créditos fiscais de prejuízos fiscais, imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, está suportada em projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas periodicamente, para os próximos dez anos, que visam determinar a recuperação dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

4. EFEITO DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

4.1. Efeitos da adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas

4.1.1. Aplicação das IFRSs

Em atendimento ao disposto na Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM n° 656/11), a Companhia está reapresentando suas informações trimestrais de 2010, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa n° 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito a seguir:

a) Isenção para combinações de negócios

A Companhia e suas controladas optaram pela isenção referente às combinações de negócios, não reapresentando as combinações de negócios efetuadas antes de 1º de janeiro de 2009.

b) Isenção para a apresentação do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis como custo de aquisição

A Companhia e suas controladas optaram pela não adoção do custo atribuído ("deemed cost"), para os bens integrantes do ativo imobilizado, por entenderem que não existe diferença significativa entre os valores contábeis dos bens registrados nas demonstrações financeiras e os respectivos valores justos na data de transição de 1º de janeiro de 2009.

c) Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos (derivativos)

A Companhia não possuía instrumentos financeiros compostos na data de transição para as IFRSs.

d) Isenção relacionada ao reconhecimento das participações em controladas

As controladas da Companhia não elaboravam demonstrações financeiras em IFRSs na data de transição; por essa razão, a Companhia optou por adotar a mesma data de transição para todas as suas controladas.

e) Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros

A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e a IAS 39/CPC 38, na data de transição; portanto, a análise retrospectiva dos contratos originais dos atuais instrumentos financeiros não foi efetuada na data de transição para as IFRSs. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados de acordo com as IFRSs na data de sua contratação.

A Companhia considerou as exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva conforme segue:

a) Não reconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Companhia concluiu que não havia ativos e passivos financeiros não derivados que devessem ser excluídos dos registros contábeis na data de transição para as IFRSs.

b) Contabilização de operações de “hedge”

A Companhia não possuía nenhuma transação classificada como “hedge” para fins de IFRSs, na data de transição, e, por essa razão, não existiam ajustes a serem contabilizados.

c) Estimativas

A Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas registradas de acordo com o BR GAAP anterior, uma vez que entendeu que essas estimativas estavam de acordo com as IFRSs na data de transição.

d) Ativos classificados como disponíveis para venda e de operações descontinuadas

A Companhia não teve nenhum ativo classificado como disponível para venda.

4.1.2. Conciliações para as práticas contábeis anteriores

a) Efeitos da adoção das IFRSs no balanço patrimonial consolidado levantado em 31 de março de 2010:

		31/03/10		
Contas	Item (*)	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
ATIVO				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		71.119	-	71.119
Contas a receber, líquidas	(i)	22.897	(6.535)	16.362
Impostos a recuperar		9.202	-	9.202
Adiantamentos a fornecedores		182	-	182
Despesas antecipadas	(b)	4.605	(4.191)	414
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(f)	3.439	(3.439)	-
Outros créditos		3.900	-	3.900
Total do ativo circulante		115.344	(14.165)	101.179
Ativo não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	-
Contas a receber, líquidas	(i)	11.925	(2.717)	9.208
Empréstimos aos condomínios		259	-	259
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(f)	11.108	6.384	17.492
Depósitos judiciais	(h)	-	3.071	3.071
Outros créditos	(h)	2.131	(157)	1.974
Partes relacionadas		317	-	317
Bens destinados à venda	(a)	4.145	(4.145)	-
Investimentos	(d)	9.982	7.694	17.676
Propriedades para investimentos	(a)	-	1.923.754	1.923.754
Imobilizado	(a)	903.183	(899.891)	3.292
Intangível	(e)	6.494	(6.218)	276
Diferido	(c)	4.470	(4.470)	-
Total do ativo não circulante		954.014	1.023.305	1.977.319
TOTAL DO ATIVO		1.069.358	1.009.140	2.078.498

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contas	Item	31/03/10 BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
	(*)			
PASSIVO				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos		55.648	-	55.648
Fornecedores nacionais		12.470	-	12.470
Impostos a recolher		3.882	-	3.882
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(f)	1.162	(1.162)	-
Pessoal, encargos, benefícios sociais e prêmios		5.646	-	5.646
Estrutura técnica		5.450	-	5.450
Partes relacionadas		81.609	-	81.609
Dividendos a pagar		6.239	-	6.239
Outras obrigações		9.204	-	9.204
Total do passivo circulante		181.310	(1.162)	180.148
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos		119.106	-	119.106
Estrutura técnica	(i)	16.716	(9.253)	7.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(f)	1.598	236.487	238.085
Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários	(h)	9.086	2.914	12.000
Provisão para remuneração variável		1.136	-	1.136
Total do passivo não circulante		147.642	230.148	377.790
Participações não controladoras	(g)	79.746	(79.746)	-
Patrimônio líquido				
Capital social		530.516	-	530.516
Reserva de capital		91.869	-	91.869
Reservas de lucros		27.617	484.472	512.089
Lucros acumulados		10.658	10.649	21.307
Total do patrimônio líquido		660.660	495.121	1.155.781
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		660.660	495.121	1.155.781
Participação do acionista não controlador		-	364.779	364.779
Total do patrimônio líquido, adiantamento para futuro aumento de capital e participações não controladoras		660.660	859.900	1.520.560
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.069.358	1.009.141	2.078.498

(*) Ver detalhamento na nota explicativa n º 4.1.3.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conciliação do patrimônio líquido consolidado

	Item	Em 01/01/09 (data de transição)	Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	Em 31/03/10
	(*)			
Total do patrimônio líquido, adiantamento para futuro aumento de capital e participação do acionista não controlador de acordo com as práticas contábeis anteriores		522.460	650.002	660.660
– Variação do valor justo das propriedades para investimentos	(a)	742.279	996.693	1.009.493
– Baixa das despesas antecipadas de comissões	(b)	(374)	(4.303)	(4.191)
– Baixa do ativo diferido	(c)	(6.209)	(4.682)	(4.470)
– Ajuste da equivalência patrimonial, decorrente dos efeitos da adoção inicial das IFRSs pela investida Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda.	(d)	4.967	7.111	7.694
– "Impairment" do ágio	(e)	(6.218)	(6.218)	(6.218)
– Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos	(f)	(162.672)	(226.756)	(230.607)
– Reclassificação da participação do acionista não controlador para o grupo do patrimônio líquido	(g)	83.513	80.562	79.746
Subtotal		-	-	851.447
– Mudança de estimativa do de valor justo		-	-	8.453
Total dos ajustes no patrimônio líquido		655.286	842.407	859.900
Total do patrimônio líquido de acordo com as IFRSs		1.177.746	1.492.409	1.520.560

(*) Ver detalhamento na nota explicativa n º 4.1.3.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Efeitos da adoção das IFRSs na demonstração do resultado consolidada

		31/03/09			31/03/10		
Contas	Item	BR GAAP Anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
	(*)						
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE ALUGUÉIS, SERVIÇOS E OUTRAS		29.894	-	29.894	42.262	-	42.262
CUSTO DOS ALUGUÉIS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(a) e (b)	(11.370)	4.289	(7.081)	(16.322)	8.285	(8.037)
LUCRO BRUTO		18.524		22.813	25.940	8.285	34.255
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS							
Gerais e administrativas	(b) e (c)	(2.148)	496	(1.652)	(3.479)	522	(2.957)
Tributárias		(1.013)	-	(1.013)	(394)	-	(394)
Equivalência patrimonial	(d)	104	553	657	219	584	803
Variação do valor justo de propriedades para investimentos	(a)	-	1.208	1.208	-	14.542	14.542
Outras receitas operacionais, líquidas		11	-	11	423	-	423
Total das (despesas) receitas operacionais, líquidas		(3.046)	2.257	(789)	(3.231)	15.648	12.417
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		15.478	6.546	22.024	22.709	23.933	46.642
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(221)		(221)	(365)	-	(365)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		15.257		21.803	22.344	23.933	46.277
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
Correntes		(2.002)	-	(2.002)	(1.851)		(1.851)
Diferidos	(f)	(922)	(815)	(1.737)	(1.987)	(5.624)	(7.611)
Total		(2.924)	(815)	(3.739)	(3.838)	(5.624)	(9.462)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO E RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		12.333	5.731	18.064	18.506	18.309	36.815
PROPRIETÁRIOS DA CONTROLADORA		6.441	2.608	9.049	10.658	10.649	21.307
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		5.892	3.123	9.015	7.848	7.660	15.508

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conciliação do resultado consolidado

	Item	Resultado do trimestre findo em	
		31/03/09	31/03/10
	(*)		
De acordo com as práticas contábeis anteriores		6.441	10.658
– Variação do valor justo das propriedades para investimentos – líquido	(a)	5.616	12.800
– Baixa das despesas antecipadas de comissões	(b)	12	112
– Baixa do ativo diferido	(c)	365	212
– Ajuste da equivalência patrimonial, decorrente dos efeitos da adoção inicial das IFRSs pela investida Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda.	(d)	553	584
– Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos	(f)	(815)	(3.851)
Subtotal		5.731	9.857
– Mudança de estimativa do valor justo e participação atribuía a acionistas não controladores		(3.123)	792
Total dos ajustes ao resultado		2.608	10.649
De acordo com as IFRSs		9.049	21.307

(*) Ver detalhamento na nota explicativa n º 4.1.3.

Efeitos da adoção das IFRSs na demonstração dos fluxos de caixa consolidada

	31/03/09			31/03/10		
	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
Fluxos de caixa das atividades operacionais	7.217	(2.063)	5.154	25.221	(7.856)	17.365
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(55.655)	-	(55.655)	(18.254)	226	(18.028)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	44.299	63	46.362	(22.100)	7.630	(14.470)

b) Efeito da adoção das IFRS no balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009:

		Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
Contas	Item (*)	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
ATIVO							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		27.442	-	27.442	86.252	-	86.252
Contas a receber, líquidas	(i)	17.330	-	17.330	24.804	(6.801)	18.003
Impostos a recuperar		3.457	-	3.457	7.367	-	7.367
Adiantamentos a fornecedores		97	-	97	188	-	188
Despesas antecipadas	(b)	-	-	-	4.499	(4.303)	196
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(f)	2.227	(2.227)	-	2.573	(2.573)	
Outros créditos		1.105	(374)	731	3.139	-	3.139
Total do ativo circulante		51.658	(2.601)	49.057	128.822	(13.677)	115.145
Ativo não circulante							
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	-	418	-	418
Contas a receber, líquidas	(i)	2.573	-	2.573	11.919	(3.908)	8.011
Empréstimos aos condomínios		1.328	-	1.328	449	-	449
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(f)	7.886	4.465	12.351	11.201	5.628	16.829
Depósitos judiciais	(h)	-	2.108	2.108	-	2.877	2.877
Outros créditos		-	-	-	1.563	-	1.563
Partes relacionadas		1.148	-	1.148	76	-	76
Bens destinados à venda	(a)	4.145	(4.145)	-	4.145	(4.145)	-
Investimentos	(d)	9.541	4.967	14.508	9.763	7.111	16.874
Propriedades para investimentos	(a)	-	1.437.569	1.437.569	-	1.889.175	1.889.175
Imobilizado	(a)	694.685	(691.145)	3.540	891.805	(888.337)	3.468
Intangível	(e)	6.367	(6.218)	149	6.517	(6.218)	299
Diferido	(c)	6.209	(6.209)	-	4.682	(4.682)	-
Total do ativo não circulante		733.882	741.392	1.475.274	942.538	997.501	1.940.039
TOTAL DO ATIVO		785.540	738.791	1.524.331	1.071.360	983.824	2.055.184

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contas	Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição) BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs	Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores) BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
PASSIVO							
Passivo circulante							
Empréstimos e financiamentos		44.372	-	44.372	65.763	-	65.763
Fornecedores nacionais		10.260	-	10.260	10.791	-	10.791
Impostos a recolher		3.396	-	3.396	4.472	-	4.472
Pessoal, encargos, benefícios sociais e prêmios		4.975	-	4.975	7.661	-	7.661
Estrutura técnica		318	-	318	5.362	-	5.362
Partes relacionadas		5.637	-	5.637	85.281	-	85.281
Dividendos a pagar		-	-	-	6.239	-	6.239
Outras obrigações		1.878	-	1.878	9.127	-	9.127
Total do passivo circulante		70.836	-	70.836	194.696	-	194.696
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos		90.554	-	90.554	117.725	-	117.725
Estrutura técnica	(i)	7.640	-	7.640	17.879	(10.709)	7.170
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(f)	-	164.910	164.910	-	229.811	229.811
Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários	(h)	9.700	2.108	11.808	9.491	2.877	12.368
Provisão para remuneração variável		837	-	837	1.005	-	1.005
Total do passivo não circulante		108.731	167.018	275.749	146.100	221.979	368.079
Participações não controladoras	(g)	83.513	(83.513)	-	80.562	(80.562)	-
Patrimônio líquido							
Capital social		483.822	-	483.822	529.784	-	529.784
Reserva de capital		31.054	-	31.054	90.817	-	90.817
Reservas de lucros		7.584	358.363	365.947	27.617	484.472	512.089
Total do patrimônio líquido		522.460	358.363	880.823	648.218	484.472	1.132.690
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	1.784	-	1.784
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		522.460	358.363	880.823	650.002	484.472	1.134.474
Participação do acionista não controlador		-	296.923	296.923	-	357.935	357.935
Total do patrimônio líquido, adiantamento para futuro aumento de capital e		522.460	655.286	1.177.746	650.002	842.407	1.492.409

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
Contas	Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
	(*)						
participações não controladoras						-	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		785.540	738.791	1.524.331	1.071.360	983.824	2.055.184

(*) Ver detalhamento na nota explicativa n º 4.1.3.

4.1.3. Notas às reconciliações no patrimônio líquido de 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009 e dos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009

A transição para as IFRSs resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

a) As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação, e após o reconhecimento inicial são mensuradas ao valor justo. De acordo com as práticas contábeis anteriores, as propriedades para investimentos eram avaliadas ao custo. O efeito dessa mudança é um aumento no ativo e no patrimônio líquido consolidados em 31 de março de 2010 de R$1.019.718, (R$996.693 em 31 de dezembro de 2009, R$742.279 em 1º de janeiro de 2009) e um aumento no resultado consolidado dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2010 e de 2009 de R$23.025 e R$5.616, respectivamente.

   A Companhia reclassificou do ativo imobilizado os saldos dos ativos referentes aos shopping centers para propriedade para investimento.

b) A Companhia registrava na rubrica “despesas antecipadas” os custos com comissões na locação de lojas, os quais eram amortizados pelo período de cinco anos, considerando o início e o término dos contratos de locação. Essas despesas e gastos não atendem à definição de ativo de acordo com as IFRSs; portanto, foram contabilizados como custo da operação durante o exercício de 2009.

c) A Companhia e suas controladas, seguindo os preceitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, mantinha os gastos pré-operacionais incorridos com projetos de viabilização de abertura de shopping centers até 31 de dezembro de 2008 como "Ativo diferido". Esse ativo estava sendo amortizado pelo prazo remanescente, não superior a cinco anos. Essas despesas e gastos não atendem à definição de ativo de acordo com as IFRSs; portanto, foram contabilizados como "Despesa operacional", no balanço de abertura na data-base 1º de janeiro de 2009. O efeito dessa mudança é uma diminuição no ativo e no patrimônio líquido consolidados em 31 de março de 2010 de R$4.470 (R$4.682 em 31 de dezembro de 2009, R$6.209 em 1º de janeiro de 2009) e um aumento no resultado consolidado dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2010 e de 2009 de R$212 e R$365, respectivamente.

d) Durante o processo de convergência das práticas contábeis vigentes anteriormente e as IFRSs, a empresa coligada Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda. adotou as alterações descritas nos itens a), b) e c) relacionados anteriormente. O efeito dessas mudanças é o aumento no ativo e no patrimônio líquido consolidados em 31 de março de 2010 de R$7.694 (R$7.111 em 31 de dezembro de 2009 e R$4.967 em 1º de janeiro de 2009) e um aumento no resultado consolidado dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2010 e de 2009 de R$584 e R$553, respectivamente, decorrentes do efeito de equivalência patrimonial.

e) A controlada Sierra Investimentos Brasil Ltda. mantinha um saldo de ágio proveniente da aquisição de participação societária, fundamentada na expectativa de rentabilidade futura, bem como na mais-valia de terrenos. Com a avaliação das propriedades para investimento das controladas a valor justo na data de adoção inicial do IFRS, os quais estão registrados principalmente como propriedades para investimento nas demonstrações financeiras consolidados, a Companhia registrou um "impairment" do valor total do ágio. O efeito dessa mudança é a redução no ativo e no patrimônio líquido consolidados em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 de R$6.218.

f) Corresponde aos efeitos dos impostos diferidos sobre os ajustes para as novas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

g) No patrimônio líquido, refere-se a reclassificação da participação do acionista não controlador. No resultado, refere-se aos ajustes de prática atribuídos ao acionista não controlador.

h) Efeito da reclassificação dos depósitos judiciais do grupo de passivo não circulante para o grupo do ativo não circulante.

i) Efeito da reclassificação dos saldos de estrutura técnica a faturar do grupo do ativo circulante e ativo não circulante para o grupo de passivo não circulante.

4.2. Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas informações trimestrais individuais

4.2.1. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

Na preparação das informações trimestrais individuais (identificadas como Controladora), a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC nº43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC nº15 a 40, ajustando as suas informações trimestrais individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e o resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs por meio da aplicação da IFRS 1 e do CPC nº37(R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou nas informações trimestrais individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas informações trimestrais consolidadas, conforme nota explicativa nº 2. Tal procedimento foi adotado a fim de obter o mesmo resultado e

patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas informações trimestrais individuais e consolidadas.

4.2.2. Conciliações para as práticas contábeis anteriores (BR GAAP anterior)

a) Efeito da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil no balanço patrimonial individual de 31 de março de 2010:

		31/03/10		
Contas	Item (*)	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
ATIVO				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		48.247	-	48.247
Contas a receber, líquidas		-	-	-
Impostos a recuperar		191	-	191
Imposto de renda e contribuição social diferidos		455	(455)	-
Outros créditos		11	-	11
Total do ativo circulante		48.904	(455)	48.449
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	455	455
Partes relacionadas		21.775		21.775
Depósitos judiciais	(a)	-	1.433	1.433
Investimentos	(b)	677.357	495.120	1.172.477
Imobilizado		1	-	1
Total do ativo não circulante		699.133	497.008	1.196.141
TOTAL DO ATIVO		748.037	496.553	1.244.590

(*) Ver detalhamento na nota explicativa 4.2.3.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contas	Item	31/03/10 BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
	(*)			
PASSIVO				
Passivo circulante				
Fornecedores nacionais		16	-	16
Impostos a recolher		9	-	9
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.162	(1.162)	-
Partes relacionadas		76.978	-	76.978
Dividendos a pagar		6.239	-	6.239
Outras obrigações		102	-	101
Total do passivo circulante		84.506	(1.162)	83.343
Passivo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	1.162	1.162
Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários	(a)	-	1.433	1.433
Provisão para perdas em investimento		2.871	-	2.871
Total do passivo não circulante		2.871	2.595	5.466
Patrimônio líquido				
Capital social		530.516	-	530.516
Reserva de capital		91.869	-	91.869
Reservas de lucros	(b)	27.617	484.472	512.089
Lucros acumulados		10.658	10.649	21.307
Total do patrimônio líquido		660.660	495.121	1.155.781
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		660.660	490.968	1.155.781
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		748.037	496.553	1.244.590

(*) Ver detalhamento na nota explicativa 4.2.3.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conciliação do patrimônio líquido

	Item	Em 01/01/09 (data de transição)	Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	Em 31/03/10
	(*)			
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital de acordo com as práticas contábeis anteriores		522.460	650.002	660.660
- Ajuste da equivalência patrimonial, decorrente dos efeitos da adoção inicial das IFRSs pelas investidas Sierra Investimentos Brasil Ltda., Unishopping Administradora Ltda. e Unishopping Consultoria Ltda.	(b)	358.363	484.472	490.968
Subtotal		358.363	484.472	490.968
- Efeito da equivalência patrimonial sobre mudança de estimativa do valor justo		-	-	4.153
Total dos ajustes no patrimônio líquido		358.363	484.472	495.121
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital de acordo com o BR GAAP reapresentado		880.823	1.134.474	1.155.781

(*) Ver detalhamento na nota explicativa 4.2.3.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração do resultado

		31/03/09			31/03/10		
Contas	Item (*)	BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE ALUGUÉIS, SERVIÇOS E OUTRAS		46	-	46	1	-	1
CUSTO DOS ALUGUÉIS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		-	-	-	-	-	-
LUCRO BRUTO		46	-	46	1	-	1
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS							
Gerais e administrativas		(75)	-	(75)	(611)	-	(611)
Tributárias		(99)	-	(99)	-	-	-
Equivalência patrimonial	(b)	6.611	2.608	9.219	8.378	10.649	19.027
Outras despesas operacionais, líquidas		-	-	-	-	-	-
Total das (despesas) receitas operacionais, líquidas		6.437	2.608	9.045	7.767	10.649	18.416
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		6.483	2.608	9.091	7.768	10.649	18.417
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(42)	-	(42)	3.597	-	3.597
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		6.441	2.608	9.049	11.365	10.649	22.014
IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
Correntes		-	-	-	-	-	-
Diferidos		-	-	-	(707)	-	(707)
Total		-	-	-	(707)	-	(707)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		6.441	2.608	9.049	10.658	10.649	21.307

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conciliação do resultado

	Item (*)	Resultado do trimestre findo em 31/03/09	31/03/10
De acordo com as práticas contábeis anteriores		6.441	10.658
– Ajuste da equivalência patrimonial, decorrente dos efeitos da adoção inicial das IFRSs pelas investidas Sierra Investimentos Brasil Ltda., Unishopping Administradora Ltda. e Unishopping Consultoria Ltda.	(b)	2.608	6.496
Subtotal		2.608	6.496
– - Efeito da equivalência patrimonial sobre mudança de estimativa do valor justo		-	4.153
Total dos ajustes ao resultado		2.608	10.649
De acordo com o BR GAAP reapresentado		9.049	21.307

(*) Ver detalhamento nota explicativa 4.2.3.

Efeitos da adoção do BR GAAP na demonstração dos fluxos de caixa

	31/03/09			31/03/10		
	BR GAAP anterior	Efeito da transição os novos CPCs	BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da transição os novos CPCs	BR GAAP reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(233)	-	(233)	(776)	(624)	152
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(19.649)	-	(19.649)	-	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	19.772	-	19.772	(18.037)	928	(18.965)

b) Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil no balanço patrimonial individual de 31 de dezembro de 2009 e 1º. de janeiro de 2009:

		Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
Contas	Item (*)	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado	BR GAAP Anterior	Efeito da transição dos novos CPCs	BR GAAP Reapresentado
ATIVO							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		225	-	225	67.060	-	67.060
Contas a receber, líquidas		33	-	33	13	-	13
Impostos a recuperar		101	-	101	157	-	157
Outros créditos		14	-	14	11	-	11
Total do ativo circulante		373	-	373	67.241	-	67.241
Ativo não circulante							
Partes relacionadas		-	-	-	2.811	-	2.811
Depósitos judiciais	(a)	-	1.173	1.173	-	1.413	1.413
Investimentos	(b)	529.829	358.363	888.192	669.951	484.471	1.154.422
Imobilizado		38	-	38	1	-	1
Total do ativo não circulante		529.867	359.536	889.403	672.763	485.884	1.158.647
TOTAL DO ATIVO		530.240	359.536	889.776	740.004	485.884	1.225.888

(*) Ver detalhamento na nota explicativa 4.2.3.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
Contas	Item (*)	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
PASSIVO							
Passivo circulante							
Empréstimos e financiamentos		17	-	17	-	-	-
Fornecedores nacionais		28	-	28	61	-	61
Impostos a recolher		8	-	8	45	-	45
Partes relacionadas		655	-	655	79.470	-	79.470
Dividendos a pagar		-	-	-	6.239	-	6.239
Outras obrigações		523	-	523	343	-	343
Total do passivo circulante		1.231	-	1.231	86.158	-	86.158
Passivo não circulante							
Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários	(a)	-	1.173	1.173	-	1.413	1.413
Provisão para perdas em investimento		6.549	-	6.549	3.843	-	3.843
Total do passivo não circulante		6.549	1.173	7.722	3.843	1.413	5.256
Patrimônio líquido							
Capital social		483.822	-	483.822	529.784	-	529.784
Reserva de capital		31.054	-	31.054	90.817	-	90.817
Reservas de lucros	(b)	7.584	358.363	365.947	27.617	484.472	512.089
Total do patrimônio líquido		522.460	358.363	880.823	648.218	484.472	1.132.690
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	1.784	-	1.784
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		522.460	358.363	880.823	650.002	484.472	1.134.474
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		530.240	359.536	889.776	740.004	485.884	1.225.888

(*) Ver detalhamento na nota explicativa 4.2.3.

4.2.3. Notas às reconciliações no patrimônio líquido de 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 e do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010 e de 2009.

A adoção dos CPC 15 ao 43 resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

a) Efeito da reclassificação dos depósitos judiciais do grupo de passivo não circulante para o grupo do ativo não circulante.

b) Durante o processo de convergência das práticas contábeis vigentes anteriormente e as IFRSs, as empresas controladas Sierra Investimentos Brasil Ltda., Unishopping Administradora Ltda. e Unishopping Consultoria Ltda. adotaram as alterações descritas anteriormente na nota explicativa nº 4.1.3. O efeito dessas mudanças é o aumento no ativo e no patrimônio líquido consolidados em 31 de março de 2010 de R$495.121 (R$484.472 em 31 de dezembro de 2009 e R$358.363 em 1° de janeiro de 2009) e um aumento no resultado consolidado dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2010 e de 2009 de R$10.649 e R$2.608, respectivamente, decorrente do efeito de equivalência patrimonial.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/03/10	31/12/09	01/01/09	31/03/10	31/12/09	01/01/09
Caixa	56	134	115	231	288	159
Bancos conta movimento	66	742	110	14.809	11.132	7.701
Aplicações financeiras (*)	48.125	66.184	-	56.079	74.832	19.582
Total	48.247	67.060	225	71.119	86.252	27.442

(*) Em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, as aplicações financeiras são de liquidez imediata, remuneradas pela taxa média ponderada de 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,9% em 1º de janeiro de 2009).

6. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS E OUTROS CRÉDITOS

Contas a receber

	Consolidado		
	31/03/10	31/12/09	01/01/09
Aluguéis	28.684	30.329	29.579
Cessões de direitos a receber (a)	715	553	841
Serviços	-	-	49
Total do contas a receber faturado	29.399	30.882	30.469
Receitas de aluguel a faturar (b)	8.668	8.011	2.412
Total do contas a receber faturado e a faturar	38.067	38.893	32.881
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.497)	(12.879)	(12.978)
Total	25.570	26.014	19.903
Circulante	(16.362)	(18.003)	(17.330)
Não circulante (b)	9.208	8.011	2.573

(a) Representam os valores a receber pela cessão do direito de utilização dos pontos comerciais nos shopping centers, também conhecidos por “estrutura técnica”. Os valores são recebidos em até 60 meses, de acordo com os contratos com os lojistas.

(b) Representam os valores de estrutura técnica a receber de longo prazo e o efeito das receitas de aluguéis a faturar, reconhecidas de forma linear de acordo com o prazo dos contratos.

O saldo consolidado de contas a receber faturado em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e 1° de janeiro de 2009, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		
	31/03/10	31/12/09	01/01/09
A vencer	15.591	15.389	19.990
Vencidos:			
Até 30 dias	773	917	1.043
Entre 31 e 60 dias	529	750	247
Entre 61 e 90 dias	25	549	181
Entre 91 e 180 dias	26	1.227	867
Há mais de 180 dias	12.455	12.050	8.141
Subtotal	13.768	15.493	10.479
Total	29.399	30.882	30.469

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no trimestre findo em 31 de março de 2010 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2009	(12.978)
Reversões, líquidas	99
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(12.879)
Reversões, líquidas	382
Saldo em 31 de março de 2010	(12.497)

Outros créditos

Adicionalmente, em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, o saldo da conta “Outros créditos” está composto como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/03/10	31/12/09	01/01/09	31/03/10	31/12/09	01/01/09
Valores a receber do Banco Ourinvest S.A. (a)	-	-	-	820	-	-
Contrato de mútuo com lojista (b)	-	-	-	1.575	1.563	-
Outros	11	11	14	3.479	3.139	731
Total	11	11	14	5.874	4.702	731
Circulante	(11)	(11)	(14)	(3.900)	(3.139)	(731)
Não circulante	-	-	-	1.974	1.563	-

(a) Em 31 de março de 2010, a controlada Sierra Investimentos Brasil Ltda. tem a receber do Banco Ourinvest S.A. o montante de R$820 a título do compromisso firmado no dia 29 de outubro de 2009 (vide nota explicativa nº 29).

(b) Refere-se a contrato de mútuo com lojista. Sobre o valor contratado incidem encargos financeiros correspondentes à variação anual do CDI acrescido de "spread" de 2,44% ao ano. Esse contrato está sendo recebido em 24 parcelas mensais desde agosto de 2010. A parcela de curto prazo classificada no ativo circulante é de R$459.

(c) O saldo da conta "Outros créditos" está composto substancialmente por adiantamentos de férias e 13º salário a funcionários, valores a receber da operação de "sem parar" dos estacionamentos e conta corrente com condomínios.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/03/10	31/12/09	01/01/09	31/03/10	31/12/09	01/01/09
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	176	142	90	8.369	6.811	3.129
Contribuição social a recuperar - Lei nº 10.833/03	14	14	11	804	541	275
Outros	1	1	-	29	15	53
Total	191	157	101	9.202	7.367	3.457

Os impostos a recuperar foram gerados a partir das operações da Companhia e de suas controladas e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para a sua realização.

8. EMPRÉSTIMOS AOS CONDOMÍNIOS

Representam valores adiantados aos condomínios dos shopping centers para cobrir deficiências de caixa, notadamente decorrentes de inadimplência. Os valores serão recuperados à medida que houver o recebimento das parcelas condominiais e conforme a disponibilidade de caixa dos condomínios.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Consolidado		
Empresa controlada	Condomínio	31/03/10	31/12/09	01/01/09
Sierra Investimentos	Condomínio Parque Dom Pedro Shopping	-	-	1.094
Pátio Boavista	Condomínio Shopping Boavista	25	143	-
Pátio São Bernardo	Condomínio Shopping Center Plaza Sul	234	306	234
Total		259	449	1.328

Esses empréstimos são considerados como transações com partes relacionadas (vide nota explicativa nº 23).

Os valores adiantados vêm sendo recebidos de acordo com a disponibilidade de caixa dos condomínios e a Administração não prevê problemas com a realização desses valores.

9. INVESTIMENTOS

31 de março de 2010	Quantidade de ações ou cotas possuídas	Capital social - participação - %	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Resultado da equivalência patrimonial	Saldo do investimento	Provisão para perdas em investimento
Controladora							
Controladas:							
Sierra Investimentos Brasil Ltda.	605.144.811	100,00	1.172.477	18.055	18.055	1.172.477	-
Unishopping Administradora Ltda. (*)	10.850.860	100,00	(2.871)	1.404	972	-	(2.871)
Total			1.169.606	19.459	19.027	1.172.477	(2.871)
Consolidado							
Coligada indireta- Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda.	41.537.062	20,00	88.380	4.015	803	17.676	-

(*) O resultado de equivalência patrimonial da investida Unishopping Administradora Ltda. foi ajustado pelo lucro não realizado relativo à prestação de serviços realizada por essa investida para outras controladas indiretas, cujos valores, no montante de R$432, foram capitalizados no ativo imobilizado dessas controladas.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31 de dezembro de 2009	Quantidade de ações ou cotas possuídas	Capital social - participação - %	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido do exercício	Resultado da equivalência patrimonial (*)	Saldo do investimento	Provisão para perdas em investimento
Controladora							
Controladas:							
Sierra Investimentos Brasil Ltda.	605.144.811	100,00	1.154.422	147.667	147.667	1.154.422	-
Unishopping Administradora Ltda. (*)	10.850.860	100,00	(3.657)	5.042	4.856	-	(3.843)
Total			1.150.765	113.511	152.523	1.154.422	(3.843)
Consolidado							
Coligada indireta-							
Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda.	41.537.062	20,00	84.370	13.310	2.662	16.874	-

(*) O resultado de equivalência patrimonial da investida Unishopping Administradora Ltda. foi ajustado pelo lucro não realizado relativo à prestação de serviços realizada por essa investida para outras controladas indiretas, cujos valores, no montante de R$186, foram capitalizados por essas controladas.

1º de janeiro de 2009	Quantidade de ações ou cotas possuídas	Capital social - participação - %	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Saldo do investimento	Provisão para perdas em investimento
Controladora					
Controladas:					
Sierra Investimentos Brasil Ltda.	496.720.451	100,00	888.192	888.192	-
Unishopping Administradora Ltda.	10.850.860	100,00	(6.549)	-	(6.549)
Total			881.643	888.192	(6.549)
Consolidado					
Coligada indireta-					
Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda.	41.537.062	20,00	72.540	14.508	-

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Mutação dos investimentos - líquida

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º janeiro de 2009 (*)	881.643	14.508
Aumento de capital	117.045	-
Equivalência patrimonial	152.523	2.662
Dividendos recebidos	(632)	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (*)	1.150.579	16.874
Equivalência patrimonial	19.027	803
Saldos em 31 de março de 2010	1.169.606	17.676

(*) A movimentação está apresentada pelo valor líquido da provisão para perdas de investimento registrada no passivo não circulante.

10. IMOBILIZADO

		31/03/10		
		Consolidado		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual
Instalações	10	2.168	(1.330)	838
Móveis e utensílios	10	705	(262)	443
Máquinas e equipamentos	10	362	(97)	265
Equipamentos de informática	20	1.707	(1.334)	373
Veículos	20	1.625	(365)	1.260
Outros	20	34	(32)	2
Subtotal		6.601	(3.420)	3.181
Imobilizado em andamento	-	44	-	44
Adiantamentos a fornecedores	-	67	-	67
Total		6.712	(3.420)	3.292

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		31/12/09		
		Consolidado		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Instalações	10	2.161	(1.174)	987
Móveis e utensílios	10	705	(244)	461
Máquinas e equipamentos	10	361	(86)	275
Equipamentos de informática	20	1.634	(1.280)	354
Veículos	20	1.616	(407)	1.209
Outros	20	34	(32)	2
Subtotal		6.511	(3.223)	3.288
Imobilizado em andamento	-	147	-	147
Adiantamentos a fornecedores	-	33	-	33
Total		6.691	(3.223)	3.468

		01/01/09		
		Consolidado		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Instalações	10	2.345	(645)	1.700
Móveis e utensílios	10	658	(174)	484
Máquinas e equipamentos	10	180	(51)	129
Equipamentos de informática	20	1.526	(1.158)	368
Veículos	20	1.078	(295)	783
Outros	20	34	(30)	4
Subtotal		5.821	(2.353)	3.468
Adiantamentos a fornecedores	-	72	-	72
Total		5.893	(2.353)	3.540

Movimentação do ativo imobilizado em operação

	Consolidado						
	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro d 2009	1.700	484	129	368	783	4	3.468
Adições	13	47	181	109	781	1	1.132
Baixas	(96)	-	-		(85)	-	(181)
Depreciação	(630)	(70)	(35)	(123)	(270)	(3)	(1.131)
Saldos em 31 de dezembr de 2009	987	461	275	354	1.209	2	3.288
Adições	7	-	1	53	142	2	205
Baixas	-	-	-	-	(59)	-	(59)
Depreciação	(156)	(18)	(11)	(34)	(32)	(2)	(253)
Saldos em 31 de março d 2010	838	443	265	373	1.260	2	3.181

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

De acordo com o pronunciamento CPC 28, as propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou valorização de capital podem ser registradas como propriedade para investimento. As propriedades para investimento foram inicialmente mensuradas pelo seu custo. A Administração da Companhia decidiu por adotar o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio.

A mensuração e a variação do valor justo são realizados nas datas dos balanços.

	Consolidado		
	31/03/10	31/12/09	01/01/09
Propriedades para investimento em operação	1.828.619	1.807.096	1.191.034
Propriedades para investimento em construção	95.135	82.079	246.535
	1.923.754	1.889.175	1.437.569

Movimentação:

	Consolidado		
	Propriedades em operação	Propriedades em construção	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	1.191.034	246.535	1.437.569
Adições	96.577	85.578	182.155
Aquisições de propriedades (¹)	42.800	-	42.800
Transferência de propriedades em construção para propriedades em operação	250.034	(250.034)	-
Variação do valor justo das propriedades	226.651	-	226.651
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.807.096	82.079	1.889.175
Adições	6.981	13.056	20.037
Variação do valor justo das propriedades	14.542	-	14.542
Saldos em 31 de março de 2010	1.828.619	95.135	1.923.754

(¹) Em 15 de outubro de 2009, a Companhia adquiriu participação adicional de 17,0% no Shopping Metrópole em um leilão público pelo valor total de R$42,8 milhões. Essa participação de 17,0% foi anteriormente detida pelo Instituto Aerus de Seguridade Social, ou Aerus. Esta aquisição elevou a participação da Companhia no Shopping Metrópole, detida pela controlada indireta Pátio Boavista Shopping Ltda., para 100,0%.

Observações:

(a) A propriedade de parte dos imóveis que integram os empreendimentos Shopping Center Penha e Shopping Boavista está pendente de registro no Cartório de

Registro de Imóvel. O valor total desses imóveis contabilizado como propriedade para investimentos em 31 de março de 2010 é de R$196.657 (R$194.911 em 31 de dezembro de 2009).

Metodologia para determinação do valor justo

O valor justo de cada propriedade para investimento em operação e em construção foi determinado através de avaliação reportada à data, efetuada por uma entidade especializada e independente (Cushman & Wakefield).

A avaliação dessas propriedades para investimento foi preparada de acordo com os "Practice Statements" do "RICS Appraisal and Valuation Manual" publicado pelo "The Royal Institution of Chartered Surveyors" ("Red Book"), sediado na Inglaterra.

A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) das propriedades para investimento em operação envolve a elaboração de premissas relacionadas à projeções de ganhos e perdas para dez anos de cada shopping, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rentabilidade de mercado ("exit yield" ou "cap rate"). Para o cálculo da perpetuidade foi considerada uma taxa de crescimento real de 0,0%. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação à uma taxa de desconto de mercado. As projeções não são previsões do futuro mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional, sendo a razoabilidade do valor de mercado obtida de acordo com a metodologia anteriormente mencionada, igualmente testada também em termos da taxa de rentabilidade inicial, obtida com o rendimento líquido estimado para o 1º ano das projeções.

Na avaliação das propriedades para investimento, foram igualmente tomadas em conta algumas premissas que, de acordo com a classificação do "Red Book", são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a shoppings inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude desses montantes já estarem devidamente contemplados nas demonstrações financeiras.

O valor justo das propriedades para investimento em construção, mensuradas pelo valor justo à data, é obtido descontando ao valor justo da propriedade à data de abertura, calculado através da metodologia anteriormente descrita, e ainda o valor do investimento necessário para terminar a construção é ponderado por uma taxa de risco determinada pelo avaliador para a propriedade em causa.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As premissas utilizadas em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 para a avaliação do valor justo anteriormente mencionadas estão descritas a seguir:

31/03/10				31/12/09				01/01/09			
Dez anos - "discount rate"		"Exit yield"		Dez anos - "discount rate"		"Exit yield"		Dez anos - "discount rate"		"Exit yield"	
Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
12,75%	14,00%	8,25%	9,50%	12,75%	14,00%	8,25%	9,50%	13,45%	14,95%	8,25%	9,75%

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado		
		31/03/10	31/12/09	01/01/09
Software	20	525	525	300
Amortização acumulada (*)		(249)	(226)	(151)
Total		276	299	149

(*) No período de 31 de março de 2010, a despesa de amortização do custo de aquisição dos softwares no montante de R$23 (R$2 em 31 de março de 2009) é registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado.

Mutação do intangível

	Consolidado		
	Custo	Amortização	Total, líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2009	300	(151)	149
Adições no exercício	225	(75)	150
Saldos em 31 de dezembro de 2009	525	(226)	299
Adições no exercício	-	(23)	(23)
Saldos em 31 de março de 2010	525	(249)	276

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimo nacional	Vencimento final	Consolidado 31/03/10	Consolidado 31/12/09	Consolidado 01/01/09
Banco do Amazonas S.A. - BASA (a)	10.12.20	119.486	118.086	90.554
Banco Itaú BBA S.A. (b)	16.08.10	25.341	28.172	
Banco Itaú BBA S.A. (c)	16.10.10	25.341	28.172	
Banco Bradesco S.A. (d)	04.06.10	4.586	9.058	
Banco Itaú BBA S.A. (e)	20.02.09	-	-	22.996
Banco Itaú BBA S.A. (f)	20.02.09	-	-	7.045
BANIF - Banco de Investimentos (Brasil) S.A. (g)	08.09.09	-	-	5.068
União de Bancos Brasileiros - Unibanco (h)	04.08.09	-	-	5.038
União de Bancos Brasileiros - Unibanco (i)	02.08.09	-	-	3.617
Outros	31.01.09	-	-	608
Total		174.754	183.488	134.926
Circulante		(55.648)	(65.763)	(44.372)
Não circulante		119.106	117.725	90.554

(a) Em 17 de dezembro de 2008, a empresa controlada Pátio Sertório captou empréstimo de R$90.315 do Banco do Amazonas S.A. - BASA para financiamento das obras de construção do Shopping Manauara. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram captadas novas parcelas, totalizando R$21.985. Os empréstimos foram captados por uma taxa fixa de 10% ao ano, com a possibilidade de um desconto de 15% nessa taxa, caso o pagamento seja efetuado pontualmente na data de vencimento, e possuem carência de 48 meses, período em que serão pagos apenas 50% dos juros incorridos. O saldo remanescente de juros provisionados será pago após o período de carência com as parcelas do principal. A garantia dada ao empréstimo foi o imóvel do Shopping Manauara. A Companhia e a controlada Sierra Investimentos Brasil Ltda. foram avalistas dessa operação.

(b) Em 18 de fevereiro de 2009, a empresa controlada Sierra Investimentos Brasil Ltda. captou R$25.000 do Banco Itaú BBA S.A. para financiamento das obras de construção do Shopping Manauara. O empréstimo foi captado com juros médios atrelados ao CDI mais 5% ao ano. A Companhia foi a avalista da operação. Em 3 de fevereiro de 2010, o referido empréstimo foi repactuado e teve seu vencimento postergado para o dia 16 de agosto de 2010; nesse contrato, os juros foram estabelecidos em CDI mais 3,22% ao ano. As garantias apresentadas e demais condições contratuais não foram modificadas.

(c) Em 18 de fevereiro de 2009, a empresa controlada Pátio Sertório captou R$25.000 do Banco Itaú BBA S.A. para financiamento das obras de construção do Shopping Manauara. O empréstimo foi captado com juros médios atrelados ao CDI mais 5% ao ano. A Companhia foi a avalista da operação. Em 3 de fevereiro de 2010, o referido empréstimo foi repactuado e teve seu vencimento postergado para o dia 16 de agosto de

2010; nesse contrato, os juros foram estabelecidos em CDI mais 3,22% ao ano. As garantias apresentadas e demais condições contratuais não foram modificadas.

(d) Em 8 de junho de 2009, a empresa controlada Pátio Boavista captou R$15.000 do Banco Bradesco S.A. para financiamento de capital de giro em suas operações. O empréstimo foi captado com juros médios atrelados ao CDI mais 3,66% ao ano. A Companhia foi a avalista da operação.

(e) Em 27 de fevereiro de 2008, a empresa controlada Sierra Investimentos captou R$25.000 do Banco Itaú BBA S.A. para financiamento das obras de construção do Shopping Manauara. O empréstimo foi captado com juros médios atrelados ao CDI mais 0,45% ao ano. A Sonae Sierra Brasil S.A. foi a avalista da operação. O empréstimo foi liquidado em 20 de fevereiro de 2009.

(f) Em 27 de fevereiro de 2008, a empresa controlada Pátio Sertório captou R$25.000 do Banco Itaú BBA S.A. para financiamento das obras de construção do Shopping Manauara. O empréstimo foi captado com juros médios atrelados ao CDI mais 0,45% ao ano. A Sonae Sierra Brasil S.A. foi a avalista da operação. O empréstimo foi liquidado em 20 de fevereiro de 2009.

(g) Em 5 de dezembro de 2008, a empresa controlada Pátio Sertório captou R$5.000 do BANIF - Banco de Investimentos (Brasil) S.A. para financiamento das obras de construção do Shopping Manauara. O empréstimo foi captado com juros médios atrelados ao CDI mais 7,5% ao ano. Foram dadas como garantia da operação cotas de participação no Fundo de Investimento Imobiliário I. Em 5 de março de 2009, o referido empréstimo foi repactuado e teve seu vencimento postergado para o dia 8 de setembro de 2009; nesse contrato, os juros foram estabelecidos em CDI mais 7% ao ano. As garantias apresentadas e as demais condições contratuais não foram modificadas. A liquidação desse empréstimo ocorreu em 13 de agosto de 2009.

(h) Em 7 de novembro de 2008, a empresa controlada Pátio Sertório captou R$5.038 do União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco para financiamento das obras de construção do Shopping Manauara. O empréstimo foi captado com juros de 21,27% ao ano. A Sonae Sierra Brasil S.A. foi a avalista da operação. Em 5 de fevereiro de 2009, o referido empréstimo foi repactuado e teve seu vencimento postergado para o dia 4 de agosto de 2009; na repactuação, os juros foram estabelecidos em 17,6% ao ano. As garantias apresentadas e as demais condições contratuais não foram modificadas. A liquidação desse empréstimo ocorreu em 4 de agosto de 2009.

(i) Em 3 de setembro de 2008, a empresa controlada Pátio Sertório captou R$3.545 do União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco para financiamento das obras de construção do Shopping Manauara. O empréstimo foi captado com juros de 23,29% ao ano. A Sonae Sierra Brasil S.A. foi a avalista da operação. Em 3 de fevereiro de 2009, o referido empréstimo foi repactuado e teve seu vencimento postergado para o dia 2 de agosto de 2009; na repactuação, os juros foram estabelecidos em 17,6% ao ano. As garantias

apresentadas e as demais condições contratuais não foram modificadas. A liquidação desse empréstimo ocorreu em 3 de agosto de 2009.

Cláusulas contratuais ("covenants")

Os contratos de empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas, descritos anteriormente, não preveem a manutenção de índices financeiros para endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.

Mutação dos empréstimos e financiamentos

Saldo em 1º de janeiro de 2009	134.926
Novas captações	96.985
Pagamentos – principal	(62.666)
Pagamentos – juros	(7.861)
Encargos financeiros capitalizados em propriedades para investimento em construção	5.316
Encargos financeiros apropriados no resultado	16.788
Saldo em 31 de dezembro de 2009	183.488
Pagamentos - principal	(4.500)
Pagamentos - juros	(8.913)
Encargos financeiros capitalizados em propriedades para investimento em construção	212
Encargos financeiros apropriados no resultado	4.467
Saldo em 31 de março de 2010	174.754

A composição do saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" classificados como não circulante em 31 de março de 2010, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano	
2012	-
2013	14.888
2014	14.888
2015	14.888
2016- 2020	74.442
Total	119.106

14. ESTRUTURA TÉCNICA - CONSOLIDADO

		Consolidado		
Controlada	Shopping	30/06/10	31/12/09	01/01/09
Pátio Boavista	Boavista	131	411	559
Pátio Sertório	Manauara	12.522	12.121	7.399
Pátio Uberlândia		153	-	-
Pátio Londrina		67	-	-
Pátio Goiânia		40	-	-
Total		12.913	12.532	7.958
Circulante		(5.450)	(5.362)	(318)
Não circulante		7.463	7.170	7.640

Refere-se aos contratos de cessão de direitos de utilização do espaço imobiliário, devidos pelos lojistas a partir da assinatura do contrato de aluguel dos pontos comerciais. Principalmente no lançamento de novos empreendimentos, em expansões ou quando alguma loja é retornada, os novos lojistas pagam pelo direito de utilização dos pontos comerciais nos shopping centers. Esses valores são negociados com base no valor de mercado desses pontos.

Esses valores são faturados de acordo com o prazo previsto em contrato, em até 60 meses, e são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o prazo contratual, de forma linear.

15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária, trabalhista e previdenciária. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável. A composição dos riscos provisionados é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/03/10	31/12/09	01/01/09	31/03/10	31/12/09	01/01/09
Trabalhistas e previdenciárias (a)	-	-	-	7.082	7.193	7.435
Tributárias (b)	1.433	1.413	1.173	4.496	4.753	4.373
Cíveis (c)	-	-	-	422	422	-
Total	1.433	1.413	1.173	12.000	12.368	11.808

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de março de 2010 é como segue:

	Consolidado				
	01/01/09	Adições e baixas (*)	31/12/09	Adições e baixas (*)	31/03/10
Trabalhistas e previdenciárias (a)	7.435	(242)	7.193	(111)	7.082
Tributárias (b)	4.373	380	4.753	(257)	4.496
Cíveis (c)	-	422	422	-	422
Total	11.808	560	12.368	(368)	12.000

(*) Inclui constituição de provisões, atualizações monetárias, reversões e liquidações.

(a) Trabalhistas e previdenciárias

Em 31 de março de 2010, a controladora não figurava como parte em nenhum processo judicial trabalhista. Contudo, algumas das controladas figuravam como parte em nove reclamações trabalhistas (oito em 31 de dezembro de 2009), cujo risco é estimado no valor de R$470 (R$331 em 31 de dezembro de 2009) e foi avaliado como provável pelos assessores legais.

Para os riscos previdenciários, a Companhia registrou provisão de R$6.612 (R$6.862 em 31 de dezembro de 2009) de acordo com a recomendação de seus assessores legais externos, que estimam que a probabilidade de perda em eventual demanda é provável.

(b) Tributárias

(b.1) ISS

Provisão constituída com base na estimativa de risco avaliada pelos assessores legais referente à discussão quanto ao local de recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS por empresas controladas. Em 31 de março de 2010, a provisão registrada é de R$1.586 (R$1.877 em 31 de dezembro de 2009) e não há depósito judicial para o referido risco.

(b.2) IRRF, CIDE, CPMF e CADE

A Companhia busca suspender a exigibilidade de IRRF, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF em pagamentos ao exterior. Os valores de tais processos correspondem ao total de R$2.500 (R$2.466 em 31 de dezembro de 2009), que estão depositados em juízo e provisionados, tendo em vista que a chance de perda de tais processos é avaliada como provável.

Os processos referentes a CIDE e IRRF aguardam julgamento em primeira e segunda instâncias, respectivamente.

Adicionalmente, a controlada Sierra Investimentos mantém registrada provisão para risco e depósito judicial no montante de R$410 correspondente à multa administrativa aplicada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 31 de março de 2010, esse processo já havia sido transitado em julgado. Atualmente, a controlada Sierra Investimentos aguarda o levantamento dos referidos depósitos judiciais pelo CADE para liquidação da multa citada, sem impacto no resultado.

(c) Cíveis

As controladas da Companhia figuram como parte em diversas ações judiciais, decorrentes das atividades comerciais regulares, como rés, destacando-se as ações de cunho indenizatório, rescisão contratual, renovatórias e revisionais de aluguéis das lojas e dos shopping centers.

Como autora, as controladas da Companhia figuram em ações que tratam, em sua maioria, de despejos (falta de pagamento e infrações contratuais), execuções e cobranças, de um modo geral.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários cíveis, trabalhistas e previdenciários surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo risco de perda avaliado como possível. O montante desses processos, em 31 de março de 2010, é de R$7.470 (R$6.667 em 31 de dezembro de 2009).

(d) Depósitos judiciais

A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/03/10	31/12/09	01/01/09	31/03/10	31/12/09	01/01/09
Trabalhistas e previdenciárias	-	-	-	-	5	-
Tributárias	1.433	1.413	1.173	2.914	2.872	1.173
Cíveis	-	-	-	157	-	-
Total	1.433	1.413	1.173	3.071	2.877	1.173

16. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora			Consolidado		
	31/03/10	31/12/09	01/01/09	31/03/10	31/12/09	01/01/09
IRPJ e CSLL a recolher	8	11	3	1.026	2.053	1.608
IRRF	-	-	-	1.214	613	500
COFINS a recolher	-	12	2	801	999	599
PIS a recolher	-	3	1	173	132	130
ISS a recolher	-	2	2	371	475	311
Outros	1	17	-	297	200	248
Total	9	45	8	3.882	4.472	3.396

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

17.1. Capital social

Em 31 de março de 2010, o capital social da Companhia era de R$530.516 (R$529.784 em 31 de dezembro de 2009), dividido em 529.404.241 ações ordinárias (528.673.241 em 31 de dezembro de 2009), sem valor nominal.

17.2. Aumento de capital

No período de três meses findo em 31 de março de 2010, houve aumento de capital no montante de R$1.784, representado pela capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital registrado em 31 de dezembro de 2009.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, houve o aumento de capital em espécie, no montante de R$108.431, representado pela participação do sócio de capital estrangeiro.

17.3. Reserva de ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio constituída no trimestre findo em 31 de março de 2010, no montante de R$1.052, representa o valor excedente pago pelos acionistas na emissão de ações, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de março de 2010.

Esse valor será mantido na conta “Reserva de capital” até sua capitalização e será capitalizado na proporção representativa do capital de cada acionista.

17.4. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de março de 2010, a Companhia possui registrado o montante de R$2.503 a título de reserva legal.

17.5. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão, modernização e manutenção dos shopping centers.

17.6. Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

17.7. Lucro por ação

Em conformidade com a IAS 33 equivalente ao pronunciamento técnico CPC41 (Lucro por Ação), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	Controladora e Consolidado	
	31/03/10	31/03/09
Lucro líquido do trimestre atribuível aos proprietários da Companhia	21.307	9.049
Média ponderada das ações ordinária em circulação	529.890	483.822
Lucro básico e diluído por ação - R$	0,04	0,02

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE ALUGUÉIS, SERVIÇOS E OUTRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/03/09	31/03/10	31/03/09
Receita operacional bruta:				
Aluguel	-	-	36.313	26.559
Receita de serviços	2	53	4.453	3.963
Receita de estacionamento	-	-	2.774	712
Estrutura técnica	-	-	2.722	1.635
Outras receitas	-	-	32	50
Total	2	53	46.294	32.919
Deduções:				
Impostos sobre aluguéis e serviços	(1)	(7)	(2.864)	(1.889)
Descontos e abatimentos	-	-	(1.168)	(1.136)
Receita operacional líquida de aluguel, serviços e outros	1	46	42.262	29.894

19. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/03/09	31/03/10	31/03/09
Depreciações e amortizações	-	-	275	268
Pessoal	-	-	4.829	4.361
Serviços de terceiros	354	75	1.722	1.098
Custo de ocupação (lojas vagas)	-	-	1.152	1.154
Custos de acordos contratuais com lojistas	-	-	438	247
Comissões de locações	-	-	198	119
(Reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(382)	(508)
Aluguel	-	-	570	465
Viagens	-	-	257	157
Outros	257	-	1.935	1.372
Total	611	75	10.994	8.733
Classificado como:				
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	-	-	8.037	7.081
Despesas gerais e administrativas	611	75	2.957	1.652

20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/03/09	31/03/10	31/03/09
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre mútuos	-	75	220	601
Imposto de renda/CIDE sobre importação de serviços	-	10	17	14
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	-	-	27	14
Multas tributárias	-	-	47	15
Outras	-	14	83	369
Total	-	99	394	1.013

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/03/09	31/03/10	31/03/09
Receitas financeiras:				
Juros de aplicações financeiras	1.031	-	1.266	293
Juros ativos	121	-	215	58
Variações monetárias e cambiais	3.419	-	3.439	11
Outras	3	38	565	490
	4.574	38	5.485	852
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(4.467)	(919)
Juros sobre operações de mútuo	(927)	-	(1.232)	-
Outras	50)	(80)	(151)	(154)
	(977)	(80)	(5.850)	(1.073)
Total – líquido	3.597	(42)	(365)	(221)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/03/09	31/03/10	31/03/09
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.014	9.049	46.277	21.803
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(7.485)	(3.077)	(15.734)	(7.413)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	6.470	3.135	273	223
Outras diferenças permanentes	5	(58)	416	(89)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores, para os quais não havia sido registrada provisão, em virtude de não haver, naqueles exercícios, firmes evidências sobre a realização:				
Diferenças temporárias	-	-	(463)	397
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	303	-	45	21

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/03/09	31/03/10	31/03/09
Efeito da tributação das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido	-	-	887	536
Efeito da tributação diferenciada dos Fundos de Investimento Imobiliário I e II (*)	-	-	5.114	2.586
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	(707)	-	(9.462)	(3.739)
Alíquota efetiva - %	3	-	20	17

(*) Os Fundos de Investimento Imobiliário I e II têm isenção de tributação.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, com base em análises relativas às projeções operacionais plurianuais, reconheceu contabilmente créditos tributários relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, bem como sobre as diferenças temporárias.

A manutenção dos créditos fiscais de prejuízos fiscais, imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, está suportada em projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas periodicamente, para os próximos dez anos, que visam determinar a recuperação dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/03/10	31/12/09	01/01/09	31/03/10	31/12/09	01/01/09
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	455	-	-	11.884	10.237	7.530
Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários	-	-	-	168	167	39
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	2.087	2.190	1.860
Outras provisões temporárias	-	-	-	408	1.180	684
Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	-	(236.923)	(229.811)	(164.910)
Receita de variação cambial tributada pelo regime de caixa (*)	(1.162)	-	-	(1.162)	-	-
Ajustes da adoção do IFRS	-	-	-	2.945	3.055	2.238
Total do imposto de renda e da contribuição social –	(707)	-	-	(220.593)	(212.982)	(152.559)

diferidos

No ativo não circulante	455	-	-	17.492	16.829	12.351
No passivo não circulante	(1.162)	-	-	(238.085)	(229.811)	(164.910)

(*) Conforme facultado pela legislação fiscal, no exercício de 2010 e de 2011, a Companhia optou pela tributação das receitas e despesas de variação cambial utilizando regime de caixa. Em 31 de março de 2010, o principal contrato mantido pela Companhia em moeda estrangeira corresponde à operação de mútuo contraído com a empresa ligada Sierra Brazil 1 BV, o qual está descrito na nota explicativa nº 23.

Os saldos de créditos registrados no ativo não circulante, no total de R$17.492, em 31 de março de 2010, deverão ser realizados no período de até quatro anos, como demonstrado a seguir:

Ano	
2012	3.439
2013	3.439
2014	3.439
2015	7.175
Total	17.492

23. PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas controladores, as controladas, a coligada e os condomínios civis (empresas ligadas) realizam transações comerciais e financeiras entre si. Essas transações comerciais incluem principalmente a administração de shopping centers (encargos comuns e fundo de promoção).

Os saldos patrimoniais e as transações entre partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009, são os seguintes:

		Controladora			Consolidado		
Balanço patrimonial	Finalidade	31/03/10	31/12/09	01/01/09	31/03/10	31/12/09	01/01/09
Ativo circulante:							
Empresas ligadas:							
Condomínio Franca Shopping Center	(e)	-	-	-	-	5	20
Condomínio Shopping Pátio Brasil	(e)	-	-	-	-	21	21
Condomínio Parque Dom Pedro Shopping	(e)	-	-	-	5	27	125
Condomínio Boavista Shopping	(e)	-	-	-	-	3	-
Condomínio Manauara Shopping	(e)	-	-	-	21	42	-
Total (*)		-	-	-	26	98	166

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo não circulante:							
Empresas controladas:							
Pátio Boavista Shopping Ltda.	(a)	8.129	602	-	-	-	-
Pátio Sertório Shopping Ltda.	(a)	2.624	1.607	-	-	-	-
Pátio Uberlândia Shopping Ltda.	(a)	10.265	251	-	-	-	-
Pátio Goiânia Shopping Ltda.	(a)	656	251	-	-	-	-
Pátio Londrina Empreendimentos e Participações Ltda.	(a)	101	100	-	-	-	-
Subtotal		21.775	2.811	-	-	-	-

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Empresa ligada:							
Enplanta Shopping Ltda.	(a)	-	-	-	-	-	1.087
Empresa coligada:							
Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda.	(b)	-	-	-	317	76	61
Total		21.775	2.811	-	317	76	1.148
Passivo circulante:							
Empresas ligadas:							
Sierra Brazil 1 BV	(c)	76.978	79.470	-	76.978	79.470	-
Parque D. Pedro I BV/SARL	(d)	-	-	-	4.631	5.811	5.425
Subtotal		76.978	79.470	-	81.609	85.281	5.425
Empresa controlada:							
Sierra Investimentos Brasil Ltda.	(a)	-	-	655	-	-	212
Total		76.978	79.470	655	81.609	85.281	5.637

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Controladora		Consolidado	
Resultado	Finalidade	31/12/10	31/03/09	31/12/10	31/03/09
Receita operacional:					
Empresas ligadas:					
Condomínio Shopping Center Penha	(e)	-	-	261	256
Condomínio Civil Center Shopping São Bernardo	(e)	-	-	196	195
Condomínio Tivoli Shopping Center	(e)	-	-	101	102
Condomínio Shopping Pátio Brasil	(e)	-	-	226	224
Condomínio Franca Shopping Center	(e)	-	-	79	81
Condomínio Boavista Shopping	(e)	-	-	191	189
Condomínio Shopping Center Plaza Sul	(e)	-	-	247	235
Condomínio Parque Dom Pedro Shopping	(e)	-	-	575	587
Condomínio Campo Limpo Shopping	(e)	-	-	141	134
Condomínio Manauara Shopping	(e)	-	-	355	19
Total		-	-	2.372	2.022
Receita (despesa) financeira:					
Empresas controladas:					
Pátio Boavista Shopping Ltda.	(a)	57	-	-	-
Pátio Sertório Shopping Ltda.	(a)	18	-	-	-
Pátio Uberlândia Shopping Ltda.	(a)	14	-	-	-
Pátio Goiânia Shopping Ltda.	(a)	5	-	-	-
Pátio Londrina Empreendimentos e Participações Ltda.	(a)	1	-	-	-
Subtotal		95	-	-	-
Empresas ligadas:					
Parque D. Pedro I BV/SARL	(a)	(927)	-	(927)	-
Sierra Brazil 1 BV	(c)	-	-	-	-
Enplanta Shopping Ltda.		-	-	-	-
Empresa controlada:					
Sierra Investimentos Brasil Ltda.	(a)	-	-	-	-
Total		(927)	-	(927)	-
Total geral		(832)	-	1.445	2.022

(*) Incluído no saldo de contas a receber, líquidas, e outros créditos.

(a) Refere-se a contratos de mútuo credor no montante original de R$18.419, entre a Companhia e suas controladas, coligada e ligadas, realizados em reais (R$), com vencimentos no período de 22 a 29 de dezembro de 2010 e incidência de juros de EURIBOR para três meses acrescidos de "spread" à razão de 4% ao ano. Não há operações em moeda estrangeira entre a Companhia e suas controladas, coligada e ligadas no Brasil. Os saldos apresentados em 1º de janeiro de 2009 estão relacionados a contas a pagar e a receber sobre reembolsos de despesas e recuperação de receitas entre as empresas. Não há operações em moeda estrangeira entre a Companhia e suas controladas, coligada e ligadas no Brasil.

(b) Refere-se a contas a pagar e a receber sobre reembolsos de despesas e recuperação de receitas entre a Companhia e a Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda.

(c) Refere-se a contrato de mútuo devedor com a empresa ligada Sierra Brazil 1 BV (acionista majoritária da Companhia). O valor total captado nessa operação foi de €31.591 mil (R$76.978 em 30 de março de 2010) e sobre ele incidem juros calculados à taxa EURIBOR para três meses acrescidos de "spread" à razão de 4% ao ano, através de duas "tranches" (18 e 22 de dezembro de 2009) e com vencimento em 100 dias a contar da data do recebimento do recurso, prorrogável automaticamente a cada 100 dias. Essa operação tem como finalidade o financiamento das operações de curto prazo da Companhia e de suas controladas, coligada e ligadas. No contrato firmado entre as partes, não foram apresentadas garantias.

(d) Rendimentos a distribuir dos Fundos de Investimento Imobiliário I e II. A empresa ligada Parque D. Pedro I BV/SARL possui 27,6% e 15,9%, respectivamente, das cotas dos referidos Fundos.

(e) Refere-se a receitas dos serviços executados pela controlada Unishopping Administradora Ltda., decorrente da administração dos encargos comuns e do fundo de promoção dos referidos condomínios. Essas receitas estão registradas na rubrica "Receita de serviços", conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

Adicionalmente, o saldo da rubrica "Empréstimos aos condomínios", considerados como transações com partes relacionadas, divulgados na nota explicativa nº 8, está apresentado em conta destacada no balanço patrimonial.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são utilizadas pela Alta Administração da Companhia para a tomada de decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho. Os ativos e passivos por segmento não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da Alta Administração.

Portanto, os segmentos reportáveis da Companhia de acordo com a IFRS 8 e CPC 22 são os seguintes:

a) Desenvolvimento e gerenciamento

Referem-se à prestação de serviços de administração de bens e imóveis para os lojistas e proprietários de shopping centers, serviços de corretagem e desenvolvimento de projeto de um novo shopping center.

b) Investimento

Refere-se à locação de espaço a lojistas e outros espaços comerciais como "stands" de venda; locação de espaços comerciais para publicidade e promoção; exploração de estacionamento; e taxa de cessão de direitos de utilização de espaço imobiliário (estrutura técnica).

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2010	2009
Receita bruta de shopping por segmento:		
Desenvolvimento e gerenciamento	7.577	6.090
Investimento	41.841	28.956
Eliminação de receitas intersegmentos	(3.124)	(2.127)
Total	46.294	32.919
Deduções:		
Impostos e contribuições	(2.864)	(1.889)
Descontos e abatimentos	(1.168)	(1.136)
Total	(4.032)	(3.025)
Receita operacional líquida	42.262	29.894
Custos de shopping por segmento:		
Desenvolvimento e gerenciamento	(6.855)	(6.731)
Investimento	(7.263)	(4.129)
Eliminação de receitas intersegmentos	3.124	2.127
	(10.994)	(8.733)
Resultado operacional ajustado	31.268	21.161

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia e de suas controladas, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão representados por:

a) Caixa e equivalentes de caixa: está classificado como mantido para negociação e seu valor contábil está equivalente ao valor justo do ativo;

b) Contas a receber: são classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento e estão contabilizados pelos valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado;

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Empréstimos e financiamentos: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, são como segue:

Na controladora:

		31/03/10		31/12/09		01/01/09	
Natureza	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	48.247	48.247	67.060	67.060	225	225

No consolidado:

		31/03/10		31/12/09		01/01/09	
Natureza	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	71.119	71.119	86.252	86.252	27.442	27.442
Contas a receber	Mantido até o vencimento	16.362	16.362	18.003	18.003	17.330	17.330
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	174.754	174.754	183.488	183.488	134.926	134.926

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25.1. Risco de crédito

A base de clientes da Companhia é bastante pulverizada. Por meio de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída conforme mencionado na nota explicativa nº 2.12.

25.2. Risco de variação de preço

As receitas da Companhia são substancialmente decorrentes de aluguéis de lojistas dos shopping centers. Em geral, os contratos de aluguel são atualizados conforme a variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, conforme estabelecido nos contratos de aluguel. Os níveis de locação podem variar em virtude de condições econômicas adversas e, com isso, o nível das receitas poderá vir a ser afetado. A Administração monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios.

25.3. Risco de taxa de juros

Decorre da parcela da dívida contratada com juros atrelados ao CDI e envolve o risco de as despesas financeiras aumentarem por um movimento desfavorável nas taxas.

Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 23, sobre as operações de mútuo entre a Companhia e a empresa ligada Sierra Brazil 1 BV incidem juros calculados à taxa EURIBOR para três meses acrescidos de “spread” à razão de 4% ao ano.

25.4. Risco de câmbio

Conforme descrito na nota explicativa nº 23.c), no mês de dezembro de 2009 a Companhia contratou uma operação de mútuo com a empresa ligada Sierra Brazil 1 BV, a qual está sujeita aos riscos de variação de taxa de câmbio entre o euro e o real. Em 31 de março de 2010, a Companhia e suas controladas não possuem instrumento financeiro derivativo contratado com o intuito de proteger eventuais oscilações de taxas cambiais.

Os instrumentos financeiros de contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores são estabelecidos em reais e não estão sujeitos a exposições cambiais.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Conforme descrito na nota explicativa nº 23.c), no mês de dezembro de 2009 a Companhia contratou uma operação de mútuo com a empresa ligada Sierra Brazil 1 BV, a qual está sujeita aos riscos de variação de taxa de câmbio entre o euro e o real. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia ao aumento e à redução de 10% no Real em relação ao Euro.

	Impactos da variação do Euro	
	2010	2009
Aumento /e ou redução do resultado e do patrimônio	6.829	-

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08

Considerando o instrumento financeiro mencionado anteriormente, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia e de suas controladas, conforme descrito a seguir:

- Cenário-base: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de março de 2010.
- Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2010.
- Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2010.

Premissas

Como descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI, que é base para atualização de parte substancial dos empréstimos contratados, bem como à variação da taxa de câmbio do euro em relação ao real, que é base para atualização da operação de mútuo contratada com empresa ligada. Nesse sentido, a seguir estão

demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário--base	Cenário adverso	Cenário remoto
Deterioração da taxa do CDI	8,96%	11,20%	13,44%
Deterioração da taxa do euro	2,4061	3,0076	3,6092

Análise da Administração

			Consolidado		
Fator de risco	Instrumento financeiro	Risco	Cenário--base	Cenário adverso	Cenário remoto
Empréstimos	Taxa de juros	Aumento da taxa do CDI	1.961	2.451	2.941
Mútuo	Taxa de câmbio	Aumento da taxa de câmbio	76.978	96.255	115.508

A Administração da Companhia entende que os riscos de mercado originados dos demais instrumentos financeiros não são relevantes.

25.5. Derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no trimestre findo em 31 de março de 2010 e exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

26. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de março de 2010, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância segurada - R$
Responsabilidade civil (operações de shopping center)	17.000
Compreensivo de incêndio comum	697.260
Lucros cessantes	141.414
Vendaval/fumaça	35.807

27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os gastos com remuneração dos administradores durante os exercícios findos em 31 de março de 2010 e de 2009 são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/10	31/03/09
Salários e encargos	899	753
Remuneração variável	332	247
Benefícios	66	32
Total	1.297	1.032

Esses valores estão registrados na rubrica "Custo dos aluguéis e dos serviços prestados", no resultado do exercício.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração são representados por benefícios de curto e longo prazos, correspondentes substancialmente a honorários de diretoria e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho). Não há benefícios pós-emprego nem remuneração baseada em ações.

Em 31 de março de 2010, o saldo da rubrica "Provisão para remuneração variável", no montante de R$1.136 (R$1.005 em 31 de dezembro de 2009 e R$837 em 1º de janeiro de 2009), classificada no passivo não circulante, inclui somente remuneração variável (bônus por desempenho) dos diretores da Companhia. Essa provisão é constituída conforme mencionado na nota explicativa nº 2.18.2.

Adicionalmente, de acordo com a AGOE de 18 de março de 2010, o limite da remuneração global dos Conselheiros e Diretores para o exercício de 2010 é de R$10.000.

28. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Companhia realizou a seguinte transação que não envolve caixa e equivalentes de caixa:

	Consolidado	
	31/03/10	31/03/09
Aumento do saldo de fornecedores relacionado à propriedades para investimento em construção	2.214	12.299

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. COMPROMISSOS

a) Em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo de Investimento Imobiliário - FII Parque Dom Pedro Shopping Center, realizada em 24 de junho de 2009, foi autorizada a emissão de 288.672 cotas, perfazendo o montante total de R$25.302, equivalente a 50,1% do capital social, inteiramente subscritas pela Sierra Investimentos Brasil Ltda., com integralização prevista para até 40 meses da data da referida Assembleia.

A Administração pretende efetuar a integralização com recursos obtidos através da venda de 288.672 cotas, no montante total de R$25.302, do Fundo de Investimento Imobiliário FII Shopping Parque D. Pedro. É intenção da Administração que tais cotas sejam adquiridas pelo Fundo de Investimento Imobiliário - FII Parque Dom Pedro Shopping Center.

b) Com o advento da Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, que determina o tratamento fiscal aplicável aos rendimentos auferidos por fundos de investimento imobiliário, o administrador do Fundo de Investimento Imobiliário I, Banco Ourinvest S.A., deixou de reter o IRRF sobre os rendimentos distribuídos a determinado cotista sediado no Brasil. Considerando que o conteúdo e o alcance dessa Lei foram objeto de consulta na Receita Federal iniciada pelo Banco Ourinvest S.A., a controlada Sierra Investimentos Brasil Ltda. comprometeu-se, através de um acordo com o referido Banco, datado de 29 de outubro de 2009, a constituir uma aplicação financeira custodiada, a fim de fazer face a uma eventual exigibilidade do tributo não retido. Nessa mesma data foi firmado um acordo entre a Parque D. Pedro 1 BV/SARL (sociedade luxemburguesa pertencente ao mesmo grupo econômico da Sonae Sierra Brasil S.A.) e a Sierra Investimentos Brasil Ltda., por meio do qual a Parque D. Pedro 1 BV/SARL se compromete a compensar a Sierra Investimentos Brasil Ltda. por todo e qualquer risco associado à não-retenção do referido imposto pelo Banco Ourinvest S.A.

Em 13 de janeiro de 2010, o Banco Ourinvest S.A. obteve resposta à consulta iniciada na Receita Federal em que é determinada a obrigatoriedade de continuidade de retenção do IRRF sobre os rendimentos distribuídos a cotitas estabelecidos na modalidade de fundo de investimento imobiliário e participação superior a 10% nas cotas do referido fundo.

Com o intuito de afastar a obrigatoriedade de retenção do IRRF descrito anteriormente, o Banco Ourinvest S.A. impetrou na Justiça Federal um mandado de segurança, a fim de garantir a não incidência do IRRF no que diz respeito aos pagamentos de rendimentos do Fundo de Investimento Imobiliário I para outros fundos de investimento imobiliário. Dessa forma, todos os valores de imposto de renda não retidos até 13 de janeiro de 2010, os quais integravam aplicação financeira custodiada em nome da Sierra Investimentos Brasil Ltda., foram

resgatados e transferidos para o Banco Ourinvest S.A. e posteriormente depositados em juízo.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

1) Nota de compromissos

No dia 9 de abril de 2010, o Banco Ourinvest S.A. obteve decisão em primeira instância na Justiça Federal, em que foram acatados os pedidos do mandado de segurança descritos anteriormente. Por meio de uma sentença de primeira instância, a Justiça Federal julgou de forma procedente o requerimento de não retenção de imposto de renda para os rendimentos distribuídos de fundos de investimentos imobiliários, cujas cotas sejam admitidas para negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado, a outro fundo de investimento imobiliário. Estabelece, ainda, que, após o trânsito em julgado expeça-se alvará de levantamento em favor da impetrante quanto aos depósitos voluntários efetuados nos autos.

Em 13 de maio de 2010, a União interpôs recurso de apelação contra a sentença da Justiça Federal de primeira instância. No dia 11 de junho de 2010, o Banco Ourinvest S.A. apresentou suas contrarrazões e atualmente aguarda o julgamento de segunda instância.

Em 31 de março de 2010, a controlada Sierra Investimentos Brasil Ltda. possui um montante de R$820 a receber do Banco Ourinvest S.A. a título do compromisso firmado no dia 29 de outubro de 2009. Esse recebível está registrado na conta “Outros créditos”, no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 6).

2) Nota de empréstimos

a) No dia 16 de agosto de 2010, a controlada Sierra Investimentos liquidou o empréstimo obtido com o Banco Itaú BBA S.A., no valor de R$26.561.

b) Adicionalmente, o empréstimo da controlada Pátio Sertório com o Banco Itaú BBA S.A. foi repactuado e teve seu vencimento postergado para o dia 16 de outubro de 2010; nesse contrato, as condições contratuais não foram modificadas.

c) O empréstimo da controlada Pátio Sertório com o Banco Itaú BBA S.A. foi repactuado e teve seu vencimento postergado para o dia 16 de novembro de 2010; nesse contrato, as condições contratuais não foram modificadas.

3) Grupamento das ações

A AGE realizada em 11 de janeiro de 2011 aprovou o grupamento de ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 10 ações para 1 ação da respectiva espécie, passando o número de ações ordinárias de 531.727.887 para 53.172.788, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações, sendo mantido o capital social da Companhia de R$532.845.

4) Aumento de capital social

Aumento de capital de 7 de fevereiro de 2011:

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social, observado o limite do capital autorizado, de R$532.845 para R$967.628, sendo o aumento de R$434.783 realizado mediante a subscrição e integralização de 21.739.130 ações ordinárias emitidas pela Companhia no âmbito da distribuição pública primária de ações, ao preço de subscrição de R$20,00 por ação, representando 100% do total das ações ordinárias emitidas pela Companhia no aumento do capital social autorizado aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de fevereiro de 2011.

Aumento de capital de 4 de março de 2011:

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social, observado o limite do capital autorizado, de R$967.628 para R$997.866, sendo o aumento de R$30.238 realizado mediante a subscrição e integralização de 1.511.913 ações ordinárias emitidas pela Companhia no âmbito da distribuição pública primária de ações, ao preço de subscrição de R$20,00 por ação, representando 100% do total das ações ordinárias emitidas pela Companhia no aumento do capital social autorizado aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de março de 2011.

5) Liquidação do contrato de mútuo com a empresa ligada Sierra Brazil 1 BV

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia liquidou o contrato de mútuo devedor com a empresa ligada Sierra Brazil 1 BV (acionista majoritária da Companhia), no montante de R$76.153. O pagamento desse mútuo já estava previsto como parte da destinação de recursos do IPO, conforme divulgado no prospecto da oferta.

31. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 05 de maio de 2011, foi autorizada pela Diretoria a reapresentação das informações trimestrais do trimestre encerrado em 31 de março de 2010

32. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR

Para os trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, são como segue:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora - BR GAAP		Consolidado - BR GAAP e IFRS	
	31/03/10	31/03/09	31/03/10	31/03/09
RECEITAS				
Receita de aluguéis e serviços	(2)	(53)	(46.262)	(32.869)
Outras receitas	-	-	(32)	(50)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	(14.542)	(1.208)
Receitas relativas à construção de propriedades para investimento e imobilizado	-	-	(20.242)	(69.724)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(382)	(508)
	(2)	(53)	(81.460)	(104.359)
SERVIÇOS E MATERIAIS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos aluguéis e serviços prestados	-	-	3.902	3.588
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	612	75	2.513	1.684
Custo de construção de propriedades para investimento e imobilizado	-	-	20.242	69.724
	612	75	26.657	74.996
VALOR ADICIONADO BRUTO	610	22	(54.803)	(29.363)
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	-	-	275	268
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA	610	22	(54.528)	(29.095)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(19.027)	(9.219)	(803)	(657)
Receitas financeiras	(4.574)	(38)	(5.485)	(852)
	(23.601)	(9.257)	(6.288)	(1.509)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(22.991)	(9.235)	(60.816)	(30.604)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração direta	-	-	3.018	1.274
Benefícios	-	-	343	282
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	-	201	146
	-	-	3.562	1.702
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	707	103	13.374	8.878
Municipais	-	3	645	422
	707	106	14.019	9.300
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	977	80	5.850	1.073
Aluguéis	-	-	570	465
	977	80	6.420	1.538
Remuneração de capitais próprios:				
Lucros retidos do trimestre	21.307	9.049	21.307	9.049
Participação dos não controladores	-	-	15.508	9.015
	21.307	9.049	36.815	18.064
Total	22.991	9.235	60.816	30.604

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Vide relatório de desempenho consolidado.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2010

Prezados acionistas,

Em atendimentos às disposições societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Comentário de Desempenho e as Informações Trimestrais consolidadas, com relatório de revisão dos auditores independentes, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010.

1) DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A Sonae Sierra Brasil S.A. é uma empresa especialista em *Shopping Center* que conta com a "expertise" dos seus sócios internacionais, a portuguesa Sonae Sierra e a americana DDR (Developers Diversified Realty), bem como do parceiro local Enplanta Shopping Ltda.

Somos uma das principais incorporadoras, proprietárias e operadoras de *Shopping Center*s no Brasil. Através do nosso modelo de negócios verticalmente integrado, atuamos em todas as fases do negócio, como a construção e reforma de *Shopping Centers*, administração da construção, administração de propriedades e gestão de ativos e serviços de comercialização de lojas.

Detemos participação majoritária na maior parte dos *Shopping Centers* de nosso portfólio e administramos todos eles. Ao deter o controle sobre as operações de um *Shopping Center*, aumentamos nossa capacidade de adotar políticas que propulsionam nosso objetivo de operar *Shopping Center*s regionalmente dominantes. Em 31 de março de 2010, detemos uma média, ponderada por ABL, de 58,2% (*) de participação nos dez *Shopping Center*s existentes, representando 199 mil m^2 (*) de ABL própria e o controle de seis dos dez *Shopping Center*s de nossa carteira. Estimamos ainda que os nossos *Shopping Center*s foram visitados por aproximadamente 23,8 milhões (*) de pessoas no primeiro trimestre de 2010, 20,3 milhões (*) de pessoas no mesmo período de 2009.

O nosso portfólio compreende dez *Shopping Center*s em funcionamento, compostos de (i) oito *Shopping Center*s localizados no Estado de São Paulo, o estado mais próspero e economicamente desenvolvido do Brasil, (ii) um *Shopping Center* localizado em Brasília, no Distrito Federal e (iii) um *Shopping Center* localizado na cidade de Manaus, a capital do Estado do Amazonas, a maior cidade da região norte do País, onde concentra a maior densidade demográfica do estado. Nossa carteira inclui alguns dos principais *Shopping Centers* em operação no Brasil. Nosso Parque D. Pedro Shopping, localizado na cidade de Campinas, possui 114,4 mil m^2 (*) de ABL, sendo um dos maiores *Shopping Center* do Brasil em termos de ABL de acordo com dados fornecidos pela ABRASCE.

Adicionalmente, estamos no processo de construção de três novos *Shopping Center*s em três grandes cidades do Brasil: (i) Uberlândia, a segunda cidade mais populosa no Estado de Minas Gerais; (ii) Londrina, a segunda cidade mais populosa do Estado do Paraná; e (iii) Goiânia, a capital do Estado de Goiás. Essas três cidades são centros importantes dos setores de agronegócios e serviços com forte crescimento demográfico e econômico. Essas cidades fazem parte de nosso critério de seleção para a construção de *Shopping Center*s potencialmente dominantes, com uma população de pelo menos 300.000 pessoas (*), bem como atendem nosso requisito em termos de renda per capita. Estimamos que a ABL combinada desses três *Shopping Center*s seja de aproximadamente 164,1 mil m^2 (*)

2) NOSSA ESTRATÉGIA

Nossa estratégia é aumentar o nosso portfólio e manter a nossa posição como um dos principais empreendedores, construtores, investidores e administradores de *Shopping Centers* do Brasil enquanto buscamos oferecer retornos superiores aos nossos acionistas de maneira sustentável e responsável. Pretendemos atingir as nossas metas através da implementação das seguintes estratégias:

Foco na criação de valor através do crescimento orgânico. A nossa estratégia de crescimento do nosso portfólio de *Shopping Center*s, se baseia em duas principais fontes: (i) a primeira representa a construção de novos *Shopping Center*s, dominantes em sua área geográfica e capazes de manter uma sólida posição competitiva, com base em determinados fatores, como densidade populacional, aumento do poder aquisitivo dos potenciais clientes e demanda insatisfeita de consumidores; e (ii) a segunda relaciona-se à expansão e/ou reforma dos *Shopping Center*s existentes, através do aumento da oferta disponível de forma a incrementar a sua participação de mercado e criar barreiras para a entrada de novos concorrentes.

Aquisição de participações adicionais nos empreendimentos do nosso portfólio, bem como participação em Shopping Centers de terceiros. Planejamos realizar aquisições seletivas, a preços atrativos, de participações adicionais nos *Shopping Center*s que já fazem parte do nosso portfólio. Ao aumentar nosso percentual de participação, acreditamos que iremos obter maior alavancagem operacional, controle estratégico e aprimoramento das sinergias decorrentes da nossa rede de *Shopping Center*s, o que nos permitirá implementar as nossas decisões estratégicas de maneira mais eficiente e barata. Em menor grau e somente quando surgir uma oportunidade estratégica, planejamos realizar aquisições de *Shopping Center*s que não fazem parte de nossa carteira por meio da aquisição de participação majoritária ou, no mínimo, uma participação estratégica que nos permita, eventualmente, obter o controle.

Aumento das receitas provenientes da prestação de serviços. Pretendemos aumentar as receitas líquidas provenientes dos nossos serviços de administração, gerenciamento e corretagem. Acreditamos que esses serviços são parte integral do nosso processo de criação de valor no setor tendo em vista que tais serviços geram um fluxo de receita contínuo e nos permitem ficar bem posicionados para buscar novas oportunidades com os lojistas, tendências de consumo, crescimento de vendas, otimização da taxa de esforço, redução do número de lojas vagas e controle de investimentos em tempo hábil.

3) CENÁRIO ECONÔMICO

O primeiro trimestre de 2009 esteve sob as incertezas e impacto de um ambiente recessivo. As restrições de liquidez e do crédito lançavam dúvidas sobre o desempenho econômico das empresas e a capacidade das famílias em sustentar seu poder de compra. O varejo, e particularmente as lojas âncoras sentiram o efeito da crise no início do ano.

Felizmente a economia brasileira recuperou-se rapidamente desse ambiente recessivo e as condições de expansão da economia voltaram a impulsionar as vendas do varejo e consequentemente do setor de *Shopping Centers*.

O primeiro trimestre de 2010 foi marcado pela retomada do otimismo no mercado de varejo brasileiro. O crescimento do crédito e aumento da taxa de emprego, fizeram com que o poder de compra das famílias brasileiras iniciasse um ciclo mais estável e duradouro. O primeiro trimestre findo em março de 2010, registrou um aumento de frequentadores em nossos Shopping Centers em 17% (*), comparado com o mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, as vendas médias por visitante registraram um crescimento de 7% (*).

Acreditamos que o ano de 2010 será marcado pela contínua expansão das atividades do setor.

4) DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Nesse primeiro trimestre de 2010, nossas operações foram diretamente impactadas pelo Shopping Manauara, que foi inaugurado em abril de 2009 com um total de 233 (*) lojas. Próximo de completar um ano de operação, o Shopping Manauara já conta com uma taxa de ocupação de 99,2% (*) em março de 2010. Adicionalmente, durante o primeiro trimestre de 2010, a Companhia registrou um aumento nas receitas de estacionamento decorrente principalmente do início da cobrança de tarifa no Shopping Parque D. Pedro desde setembro de 2009.

No primeito trimestre de 2010, os Shopping Centers nos quais temos participação geraram vendas estimadas na ordem de R$743,5 milhões (*) com crecimento de 24% (*) em relação ao mesmo período do ano de 2009. A nossa receita bruta de aluguel e dos serviços

prestados, alcançou R$40,8 milhões no primeiro trimestre de 2010, com crescimento expressivo de 34% em relação ao mesmo período de 2009. O EBITDA ajustado das nossas atividades alcançou R$32,1 milhões com crescimento de 55% em relação a 2009. A margem EBITDA ajustada alcançou 76% no trimestre. Nosso lucro líquido do trimestre findo em março de 2010 alcançou R$36,8 milhões, com crescimento de 104% em relação ao lucro apurado em 2009.

A taxa média de ocupação dos shoppings centers do nosso portfólio alcançou 98% (*) da Área Bruta Locável em março de 2010.

A reconciliação do lucro líquido do exercício com o EBITDA e com o EBITDA ajustado está demonstrado como segue:

	Período findo em 31 de março	
	2010	**2009**
	Consolidado	
	(*em milhões de reais*)	
Receita líquida	**42,3**	**29,9**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**46,6**	**22,0**
Depreciação e amortização	0,3	0,3
Ganho com valor justo de propriedades para investimentos	(15,2)	(1,7)
EBITDA (a)	**31,7**	**20,6**
Despesas não recorrentes	0,4	0,1
EBITDA ajustado (a)	**32,1**	**20,7**

(a) O EBITDA significa o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, resultados financeiros líquidos e depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado significa o lucro líquido mais participação minoritária e mais os gastos não recorrentes antes do imposto de renda e da contribuição social, dos resultados financeiros líquidos e da depreciação e amortização.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia controla as seguintes empresas:

	Participação no capital - %		
	31/03/10	31/12/09	31/03/09
Controladas diretas:			
Sierra Investimentos Brasil Ltda.	99,99	99,99	99,99
Unishopping Administradora Ltda.	99,99	99,99	99,99
Controladas indiretas:			
Unishopping Administradora Ltda.	100,00	100,00	100,00
Fundos de Investimento Imobiliário I e II	51,00	51,00	51,00
Unishopping Consultoria Imobiliária Ltda.	99,99	99,99	99,99
Sierra Enplanta Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Boavista Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Penha Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio São Bernardo Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Sertório Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Uberlândia Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Londrina Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00
Pátio Goiânia Shopping Ltda.	100,00	100,00	100,00
Coligada não consolidada:			
Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda.	20,00	20,00	20,00

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Através das empresas controladas e coligadas, a companhia detém participação nos seguintes, *Shopping Centers*:

Empresa	Shopping center	Fração ideal - % 31/03/10	31/12/09	31/03/09
Fundos de Investimento Imobiliário I e II	Shopping Parque D. Pedro	100,00	100,00	100,00
Pátio Penha	Shopping Center Penha	73,18	73,18	73,18
Pátio Boavista	Shopping Center Metrópole	100,00	100,00	83,00
Pátio Boavista	Boavista Shopping	100,00	100,00	100,00
Sierra Enplanta	Tivoli Shopping	30,00	30,00	30,00
Sierra Enplanta	Pátio Brasil Shopping	10,42	10,42	10,42
Sierra Enplanta	Franca Shopping	67,42	67,42	64,50
Pátio São Bernardo	Shopping Plaza Sul	30,00	30,00	30,00
Campo Limpo	Shopping Campo Limpo	20,00	20,00	20,00
Pátio Sertório	Shopping Manauara	100,00	100,00	100,00
Pátio Londrina	Boulevard Londrina (a)	84,48	84,48	84,48
Pátio Uberlândia	Uberlândia Shopping (a)	100,00	100,00	100,00
Pátio Goiânia	Goiânia Shopping (a)	100,00	100,00	100,00

(a) Empreendimento em fase de implantação.

5) SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

As atividades relacionadas ao segmento de *Shopping Centers* estão sujeitas a regulamentos e exigências de licenciamento e controle ambiental federais, estaduais e municipais. O procedimento de obtenção de licenciamento ambiental faz-se necessário tanto para as fases de instalação inicial do empreendimento como nas ampliações nele efetuadas, sendo que as licenças concedidas precisam ser periodicamente renovadas.

Nesse sentido, podemos afirmar que mantemos altos padrões de responsabilidade ambiental e corporativa como parte de nossa meta de manutenção de desenvolvimento sustentável. Adotamos práticas e políticas ambientais que são mais benéficas ao meio-ambiente do que aquelas exigidas pelas regulamentações existentes que nos são aplicáveis.

Cumpre expor que temos sido pioneiros no desenvolvimento de novos conceitos de sistemas de segurança e práticas ambientais. A Companhia, inclusive já recebeu a certificação ISO 14001:2004 (*) em reconhecimento ao gerenciamento das questões ambientais em todos os *Shopping Centers* em operação da nossa carteira. Adicionalmente, o Parque D. Pedro Shopping e o Shopping Penha receberam a certificação OHSAS 18001:2007 (*) em termos de saúde ocupacional e segurança, em outubro de 2008 e dezembro de 2009, respectivamente. O Shopping Plaza Sul também foi recomendado para a certificação OHSAS 18001:2007 (*).

6) POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, compete exclusivamente aos nossos acionistas deliberar, em Assembléia Geral Ordinária (AGO), sobre a destinação do nosso lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Dessa forma, cabe descrevermos a política de destinação dos resultados do último exercício social:

Retenção de lucros

A retenção dos lucros, que corresponde ao lucro remanescente após a destinação para a reserva legal e a proposta para a distribuição dos dividendos, tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos de capital para expansão, modernização e manutenção dos shopping centers em operação e para o desenvolvimento de nossos empreendimentos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a proposta da Administração para retenção de lucros no montante de R$18.719 mil, que corresponde a 71% do lucro líquido do exercício foi submetida à aprovação da AGOE da Companhia no dia 18 de março de 2010.

Distribuição de dividendos

Ainda na AGOE de 18 de março de 2010, foi aprovado o dividendo mínimo obrigatório no valor de R$6.239 e que será pago de acordo com cronograma a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

7) ENDIVIDAMENTO

A tabela a seguir apresenta nosso endividamento bancário em 31 de março de 2010:

Empréstimos	Vencimento	Saldo em aberto em 31 de março de 2010
		(em milhões de reais)
Banco da Amazônia S.A. - BASA[(a)]	10/12/2020	119,5
Banco Itaú BBA S.A.[(b)]	16/08/2010	25,3
Banco Itaú BBA S.A.[(c)]	16/08/2010	25,3
Banco Bradesco S.A.[(d)]	04/06/2010	4,6
Total		**174,7**
(-) Com vencimento no curto prazo		55,6
Com vencimento no longo prazo		119,1

(a) Em dezembro 2008, nossa controlada Pátio Sertório Shopping Ltda. celebrou um contrato de empréstimo no valor de R$112 milhões com o Banco da Amazônia S.A. para financiar a construção do Manaura Shopping. O empréstimo está sujeito a juros de 10% ao ano (com desconto de 15% se pago no vencimento). O financiamento foi realizado por um período de 144 meses e inclui um período de 48 meses sem juros antes da amortização do principal. O financiamento é garantido pelo imóvel do Manauara Shopping.

(b) Em fevereiro de 2009, nossa controlada Sierra Investimentos Brasil Ltda. celebrou um contrato de empréstimo no valor de R$25 milhões com o Banco Itaú BBA S.A. para financiar a construção do Manaura Shopping. O empréstimo está sujeito a juros de 5% ao ano acima do CDI. O financiamento é garantido pela Companhia. Em 3 de fevereiro de 2010, o referido empréstimo foi repactuado e teve seu vencimento postergado para o dia 16 de agosto de 2010; nesse contrato, os juros foram estabelecidos em CDI mais 3,22% ao ano. As garantias apresentadas e demais condições contratuais não foram modificadas.

(c) Em fevereiro de 2009, nossa controlada Pátio Sertório Shopping Ltda. celebrou um contrato de empréstimo no valor de R$25 milhões com o Banco Itaú BBA S.A. para financiar a construção do Manaura Shopping. O empréstimo está sujeito a juros de 5% ao ano acima do CDI. O financiamento é garantido pela Companhia. Em 3 de fevereiro de 2010, o referido empréstimo foi repactuado e teve seu vencimento postergado para o dia 16 de agosto de 2010; nesse contrato, os juros foram estabelecidos em CDI mais 3,22% ao ano. As garantias apresentadas e demais condições contratuais não foram modificadas.

(d) Em junho de 2009, nossa controlada Pátio Boavista Shopping Ltda. celebrou um contrato de empréstimo no valor de R$15 milhões com o Banco Bradesco S.A. para o financiamento do capital de giro. O empréstimo está sujeito a juros de 3,66% ao ano acima do CDI. O financiamento foi celebrado por um período de um ano e é garantido pela Companhia.

Considerando o perfil do nosso endividamento, o nosso fluxo de caixa e nossa posição de liquidez, acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

8) INVESTIMENTOS PREVISTOS

Estamos construindo três novos Shopping Centers em (i) Uberlândia; (ii) Londrina e (iii) Goiânia e atualmente estamos expandindo o Parque D. Pedro Shopping e o Shopping Metrópole. Estimamos que o investimento nesses projetos em desenvolvimento totalizarão aproximadamente R$650 milhões (*) nos próximos 3 anos. Também pretendemos realizar investimentos adicionais de acordo com nossa estratégia de crescimento.

9) SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE – ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM N° 381/2003

No primeiro trimestre de 2010, a Companhia e suas controladas possuem contrato firmado com seus auditores externos com o intuíto de revisar as informações trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2010. Para essa revisão, os honorários estabelecidos são de R$88 mil.

No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os honorários dos auditores independentes totalizaram o valor de R$1.080 mil referentes aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da controladora e consolidado, revisão de procedimentos tributários e emissão de carta conforto necessário no processo de emissão de títulos mobiliários.

10) RECURSOS HUMANOS

Em 31 de março de 2010, nossas subsidiárias integrais: Unishopping Administradora Ltda. e Unishopping Consultoria Ltda. e Sierra Investimentos Ltda. possuiam 126 (*) empregados.

A evolução de nosso quadro de empregados entre o encerramento do exercício de 2009 e o trimestre findo em março de 2010, está descrito abaixo:

	Quadro de Funcionários	
	Março de 2010	**Dezembro de 2009**
Unishopping Administradora Ltda.	77	79
Unishopping Consultoria Ltda.	32	30
Sierra Investimentos Brasil Ltda.	17	18
Total	**126**	**127**

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Concedemos os seguintes benefícios a todos os nossos empregados: seguro-saúde, seguro de vida e seguro contra danos físicos. Além desses benefícios, os gerentes e diretores têm direito ainda a veículo e tíquete-combustível. Os benefícios são concedidos com base nos grupos funcionais e são limitados de acordo com a nossa política de remuneração.

Estamos cadastrados junto ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, e oferecemos tíquetes-alimentação a todos os nossos empregados.

Não possuímos Plano de remuneração baseado em ações aplicável a nossos empregados.

O índice de rotatividade das subsidiárias da Companhia em 31 de março de 2010 foi de 1% (*).

A Administração

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Sonae Sierra Brasil S.A.
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR, individuais e consolidado, da Sonae Sierra Brasil S.A. ("Companhia") e controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis intermediárias contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com: (i) o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, no caso das informações individuais; (ii) a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB e o CPC 21, no caso das informações consolidadas; e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4. Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, as Informações Trimestrais – ITR, originalmente apresentadas em 7 de maio de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência em 2010. Os efeitos da adoção dessas normas estão apresentados na referida nota explicativa.

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

São Paulo, 05 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Reapresentação espontânea para adoção da IFRS no primeiro trimestre de 2010.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02235-7	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	05.878.397/0001-32

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	12
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	14
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	16
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	18
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	21
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	22
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	23
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	100
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	101
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	111
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	113